

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO PAULO DE MELO PORTES

CARTOGRAFIAS DO ESPAÇO HABITADO:
A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA E O ATUAL,
BARRANCOS TERRA E MAR

MATINHOS

2019

JOÃO PAULO DE MELO PORTES

CARTOGRAFIAS DO ESPAÇO HABITADO:
A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA E O ATUAL,
BARRANCOS TERRA E MAR

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS), linha de pesquisa Ecologia e Biodiversidade, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Juliana Quadros

MATINHOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

P835c Portes, João Paulo de Melo
Cartografias do espaço habitado: a persistência da memória e o atual,
Barrancos terra e mar / João Paulo de Melo Portes ; orientadora Juliana
Quadros. – 2020.
137 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2019.

1. Barrancos (Pontal do Paraná). 2. Pesca artesanal (Paraná). 3. Território
(Litoral do Paraná). I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em
Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

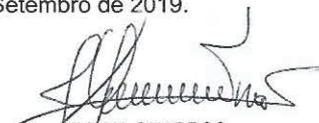
CDD – 305.56

TERMO DE APROVAÇÃO

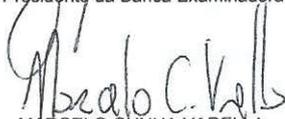
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOÃO PAULO DE MELO PORTES**, intitulada: **CARTOGRAFIAS DO ESPAÇO HABITADO: A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA E O ATUAL, BARRANCOS TERRA E MAR**, sob orientação da Profa. Dra. JULIANA QUADROS, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 30 de Setembro de 2019.



JULIANA QUADROS
Presidente da Banca Examinadora

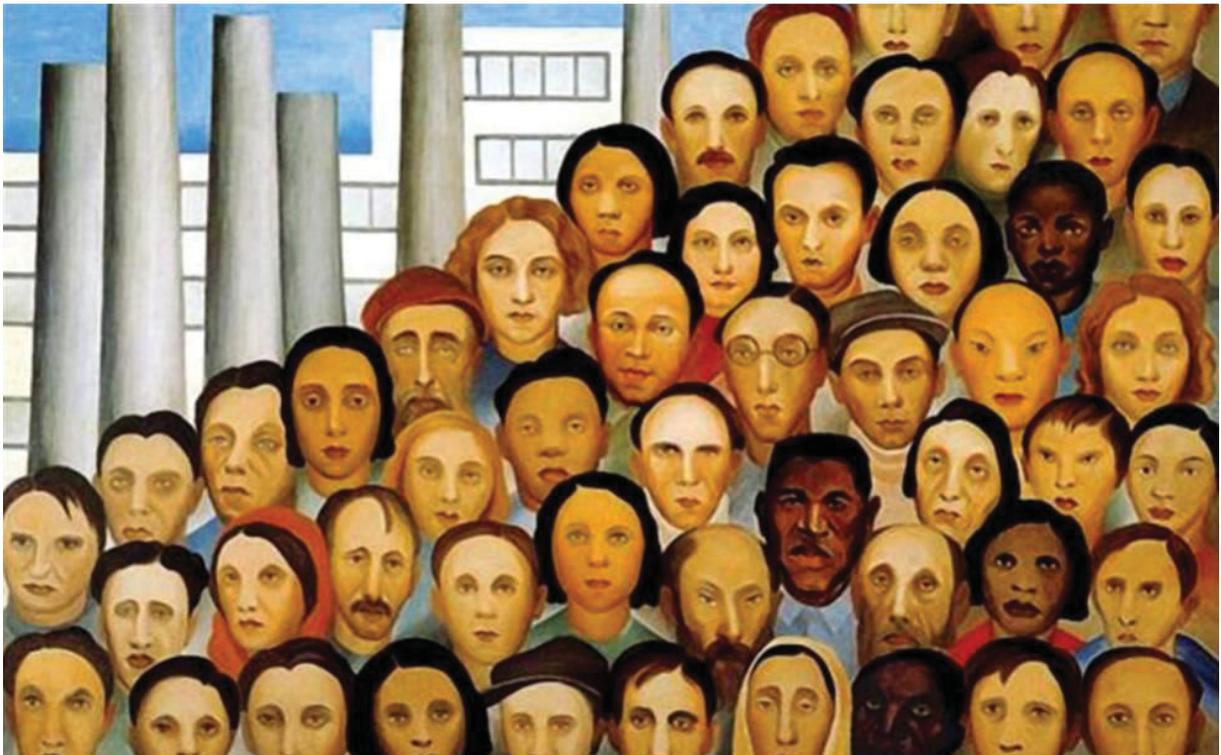


MARCELO CUNHA VARELLA
Avaliador Externo (null)



ANDREA MAXIMO ESPINOLA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedicatória



Quadro Operários, Tarsila do Amaral (1933)

Dedico este trabalho as expressões desses rostos. 51 faces retratadas por Tarsila do Amaral em 1933 que trazem em seus traços a angústia e cansaço de viver em um mundo onde o tempo é dinheiro. Esta obra que mede 150cm x 205cm pintada a óleo, retrata o momento em que pessoas de diferentes origens buscam oportunidades de vida em São Paulo, no momento em que se consolidava o capitalismo industrial e a massificação do trabalho. Expressões que relatam cargas horárias excessivas e condições de trabalho exploradoras. Rostos apáticos que não cruzam olhares, as pessoas não se veem e a paisagem ao fundo demonstra a sequência de chaminés cinzas das fábricas. Vejo uma cartografia da desigualdade social nesse quadro, tão atual quanto memorável. Me vejo nesse quadro, vejo você leitora ou leitor, vejo meus pais, meus irmãos, vejo as pessoas ao meu redor, vejo as pessoas que amo, vejo as companheiras e companheiros que obtêm o seu lucro/sustento através da sua força de trabalho. Espero em boa verdade que este trabalho chegue a pessoas iguais a mim e iguais as que estão neste quadro. Nele as pessoas olham para nós e nós olhamos para elas, e o que eu vejo é espelho. "Dentro de mim, fora de mim, tudo espelho".

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao “Seu zé” que com sua simpatia diária e semblante da alegria, me motivava mesmo sem saber. Nos dias chuvosos e frios em que o clima de Matinhos refletia o meu estado emocional, o bom humor e positividade do Seu Zé ao nos cumprimentarmos pelos corredores (que agora faltam as cores dos grafites) colocava um pouco de alegria em meu coração. Dava pra ver em seus olhos quando ele percebia os dias em que faltava brilho nos meus.

Agradeço a meus pais que tenho a sorte de tê-los vivos. Palavras sábias e amor nunca me faltaram deles, nem nada.

A minha avó Tereza, benzedeira e anciã. Sempre uma revelação as conversas no fim da tarde com ela (as vezes enigmáticas). Partiu dessa terra aos 90 anos com toda sua grandiosa lucidez.

A minha sobrinha Rafaela que espero ser alguma referência em educação para ela, isso mantém me motivando a ser um ser humano melhor.

A universidade pública gratuita e de qualidade.

A UFPR-Litoral minha casa. E a todas e todos que dividiram vivências únicas dentro e fora dos portões desse Setor.

Ao companheirismo dos moradores e moradoras de Barrancos.

A música e a arte em suas diversas expressões. Ainda bem que temos isso, “a arte salva”.

RESUMO

Compreender e representar como estão dispostos no espaço os usos do território em distintas épocas, sob diferentes cartografias, considerando olhares e intencionalidades contrapostas, na comunidade de pesca artesanal de Barrancos – Pontal do Paraná, foi o foco deste trabalho. Neste sentido a pesquisa apresenta em seu texto um diálogo sobre os usos do território e suas dissonantes representações cartográficas. Incluindo a descrição de um território tradicionalmente ocupado, as mudanças dos modos de ser e fazer dos moradores e moradoras da comunidade, as transformações no ambiente, a resistência cultural característica da comunidade e informações sobre seu território presentes em sua memória. A pesquisa apoiou-se nos conceitos de: Território, Paisagem, Espaço, Direito a Cidade e Planejamento Urbano, bem como nos referenciais teóricos e técnicos acerca das cartografias: Oficial e Social, e do Discurso Manifesto nos mapas. Conceitos estes de âmbitos analíticos e normativos, e com especial atenção ao que os atores sociais deste território trazem para a análise, foi o que permitiu a realização desta pesquisa. É apresentado aqui um estudo qualitativo, de caráter descritivo-exploratório, em que foram utilizados os seguintes métodos: Pesquisa Documental e Bibliográfica; Mapeamento Social; Grupo focal e Anotações em Caderno de Campo. O produto final da pesquisa se dá em cartografias próprias aos moradores e moradoras da comunidade, buscando representar o espaço sob a perspectiva que lhes é própria.

Palavras-chave: Cartografia; Direito a Cidade; Discurso; Espaço; Mapeamento Social; Pesca Artesanal; Território; Software Livre.

ABSTRACT

Understanding and representing how the uses of the territory are arranged in space at different times, under different cartographies, considering opposing views and intentionalities, in the artisanal fishing community of Barrancos - Pontal do Paraná, was the focus of this work. In this sense, the research presents in its text a dialogue about the uses of the territory and its dissonant cartographic representations. Including the description of a traditionally occupied territory, changes in the way of being and doing of the community's residents and residents, changes in the environment, the characteristic cultural resistance of the community and the information about its territory present in its memory. The research was based on the concepts of: Territory, Landscape, Space, Right to the City and Urban Planning, as well as the theoretical and technical references about the cartography: Official and Social, and the Manifest Discourse on the maps. These concepts of analytical and normative spheres, and with special attention to what the social actors of this territory bring to the analysis, was what allowed the accomplishment of this research. A qualitative descriptive-exploratory study is presented here, using the following methods: Documentary and Bibliographic Research; Social mapping; Focus group and Field Notebook Notes. The final product of the research is given in cartographies specific to the community residents, seeking to represent the space from their own perspective.

Keywords: Cartography; Right to City; Discourse, Space; Social Mapping; Artisanal Fishing; Territory; Free Software.

LISTA DE APÊNDICES

FIGURA 1 - CROQUI RIO BARRANCOS: ÁREA 1.....	132
FIGURA 2 - CROQUI RIO BARRANCOS: ÁREA 2.....	133
FIGURA 3 - CROQUI RIO BARRANCOS: ÁREA 3.....	134
FIGURA 4 - CROQUI RIO BARRANCOS :ÁREA 4.....	135
FIGURA 5 - CROQUI RIO BARRANCOS: PR 412 ATÉ RIO DO LARGO.....	136
FIGURA 6 - CROQUI ÁREA URBANIZADA 1.....	137
FIGURA 7 - CROQUI ÁREA URBANIZADA 2.....	137
FIGURA 8 - CROQUI ÁREA URBANIZADA 3.....	138
FIGURA 9 - CROQUI ÁREA URBANIZADA 4.....	138
FIGURA 10 - CROQUI ÁREA EMBARQUE DESEMBARQUE1.....	139
FIGURA 11 - CROQUI ÁREA EMBARQUE DESEMBARQUE 2.....	139

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MATRIZ TEÓRICA DA PESQUISA.....	59
QUADRO 2 - MATRIZ METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	60
QUADRO 3 - TRABALHOS DE CAMPO.....	61
QUADRO 4 - MAPEAMENTO SOCIAL: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS...	73
QUADRO 5 – FEIÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO MAPA DA MEMÓRIA.....	106
QUADRO 6 - SIMBOLOGIA E DESCRIÇÃO DETALHADA DO MAPA DA MEMÓRIA.....	107
QUADRO 7 - FEIÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO MAPA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS.....	114
QUADRO 8 - SIMBOLOGIA UTILIZADA E DESCRIÇÃO DETALHADA DO MAPA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS.....	116
QUADRO 9 - A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA E O ATUAL.....	123

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – MAPA TRATADO DAS CORTES.....	47
MAPA 2 - PESCADORES ARTESANAIS DE SUPERAGUI.....	51
MAPA 3 – LITORAL BRASILEIRO E CAPITANIAS HEREDITÁRIAS.....	55
MAPA 4 – LITORAL DO PARANÁ E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	64
MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO COMUNIDADE DE BARRANCOS.....	66
MAPA 6 – OCUPAÇÕES IRREGULARES NO MUNICÍPIO.....	84
MAPA 7 – MAPA DE ZONEAMENTO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	85
MAPA 8 – LIMITES TERRITORIAIS BARRANCOS.....	88
MAPA 9 – LOTES BARRANCOS.....	88
MAPA 10 – MAPA DA MEMÓRIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS.....	104
MAPA 11 – MAPA DOS PESCADORES E PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS.....	113

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Oficina de Mapeamento.....	74
Foto 2 - Oficina de Mapeamento.....	75
Foto 3 - Oficina de Mapeamento.....	75
Foto 4 - Oficina de Mapeamento.....	76
Foto 5 - Tela do GPS com os pontos indicados pelos pescadores.....	76
Foto 6 - Oficina mapeamento fábrica de farinha ao fundo.....	77
Foto 7 - Seu Jair.....	77
Foto 8 - Canoas Aportadas, Balneário Barrancos.....	92
Foto 9 - Canoas Aportadas.....	93
Foto 10 - Barracão Canoas.....	94
Foto 11 - Campo de Bola.....	94
Foto 12 - Campo de Bola.....	95
Foto 13 - Estante de Troféus “Barrancos Futebol Clube”.....	95
Foto 14 - Estante de troféus “Barrancos Futebol Clube”.....	96
Foto 15 - Brinquedoteca Municipal “Nas Ondas do Brincar”.....	96
Foto 16 - Canoa “Joana I”.....	97
Foto 17 - Terreno onde será construída a igreja.....	97
Foto 18 - Dona Zélia.....	98
Foto 19 - Pescadores de Barrancos Após Desembarque.....	99
Foto 20 - Carrinhos das canoas na praia.....	99
Foto 21 - Canoa “Ay-ky-susto.....	100
Foto 22 - Canoas aportadas na praia de Barrancos.....	100
Foto 23 – Espantalho.....	102
Foto 24 - Casinha de pesca.....	102
Foto 25 - Fábrica de farinha antiga.....	103
Foto 26 - Fábrica de farinha antiga.....	103

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

APA – Área de Proteção Ambiental

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

CS – Cartografia Social

COLIT – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense

CPP Conselho Pastoral dos Pescadores

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DSG - Diretoria de Serviço Geográfico do Exército

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETTERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDE-SISEMA – Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio
Ambiente e Recursos Hídricos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPARDES – O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

IPTU – Imposto Territorial Predial Urbano

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MINEROPAR – Diretoria de Geologia do Instituto de Terras Cartografia e Geologia
do Paraná

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores

MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
PARNA – Parque Nacional
PDU – Plano Diretor Urbano
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGDTS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável
QGIS – Software de Mapeamento
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPIG – Sistema Participativo de Informação Geográfica
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SUS – Sistema Único de Saúde
TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 – CAMINHOS TEÓRICOS TRILHADOS	28
1.1 TERRITÓRIO E PAISAGEM.....	29
1.2 ESPAÇO HABITADO.....	34
1.3 DIREITO A CIDADE E PLANEJAMENTO URBANO.....	37
1.4 CARTOGRAFIAS: OFICIAL E SOCIAL.....	44
1.5 DISCURSO MANIFESTO NA CARTOGRAFIA.....	52
CAPÍTULO 2 – MATERIAIS E MÉTODOS: A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO	58
2.1 O LITORAL DO PARANÁ.....	63
2.2 A COMUNIDADE DE BARRANCOS.....	65
2.3 PESQUISA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA.....	67
2.4 CADERNO DE CAMPO.....	68
2.5 GRUPO FOCAL.....	69
2.6 MAPEAMENTO SOCIAL: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	70
CAPÍTULO 3 – MAPA É A CERTEZA DE QUE O LUGAR EXISTE (?)	78
3.1 GUERRA DOS MAPAS, SOBREPOSIÇÕES DE TERRITÓRIOS EM PONTAL DO PARANÁ.....	79
3.2 A TERRA NO PAPEL.....	83
3.3 O PAPEL DOS HABITANTES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	90
3.4 MAPA DA MEMÓRIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS.....	104
3.5 MAPA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS.....	112
3.6 IMPRESSÕES SOBRE O ESPAÇO HABITADO.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE – CROQUIS UTILIZADOS EM CAMPO NAS OFICINAS DE MAPEAMENTO	132

APRESENTAÇÃO

Cartografias do Espaço Habitado é um estudo realizado a partir do ponto de vista de um Gestor Ambiental e mestrando em Desenvolvimento Territorial Sustentável, que se interessa por cartografias e cultura dos povos do mar. Considerando que os cursos que o autor realizou são da área das Ciências Ambientais e possuem saberes oriundos de diferentes disciplinas, a presente pesquisa foi moldada com características interdisciplinares.

A aproximação do autor aos temas “cartografias e espaço”, se dá a partir do ano de 2015 durante a graduação de Bacharel em Gestão Ambiental, enquanto realizava o módulo de Geoprocessamento (mediado pelo prof. Marcelo Varella). O conteúdo do módulo despertou o olhar do autor para outras análises territoriais enviesadas em representações cartográficas, através da ferramenta do geoprocessamento que torna possível saber onde exatamente o fenômeno ocorre e como ele se organiza no espaço. Abrindo o olhar para diferentes análises socioambientais, tendo como pano de fundo a cartografia e as ramificações das ciências geoespaciais e sociais. Também foi apresentado no módulo o conceito de Cartografia Social, que possibilita realizar trabalhos que associam a ciência cartográfica a ciências sociais. A partir de então o autor se emerge no aprendizado sobre mapas, suas relações e intencionalidades com as representações cartográficas do espaço habitado.

O interesse do autor por pesca artesanal se desperta quando em 2013 fez estágio (vivências profissionais em Gestão Ambiental) na cidade de Imbituba – SC, participando do Projeto Caminho Marinho, desenvolvendo as seguintes atividades: Monitoramento de desembarque da Pesca Artesanal; Embarques como observador de bordo; Avistagem de tartaruga-verde desde ponto fixo na costa; Coleta de dados abióticos; Biometria, manejo e marcação de tartarugas marinhas. Além de atividades de educação e extensão junto às comunidades costeiras da região.

Durante a vivência neste estágio, o autor teve contato com a comunidade de Itapirubá (Imbituba – SC), conhecendo a cultura da pesca artesanal, suas práticas e saberes. Com o olhar de Gestor Ambiental e diálogo constante com os pescadores, foi possível perceber que a comunidade estava inserida em um ambiente de conflitos. Se localizando dentro da APA da Baleia Franca, que mesmo não

possuindo plano de manejo¹, exerce pressão em relação a atividade de pesca quanto ao uso de redes e tráfego de embarcações. Outros fatores adversos são observados, como: Sobre-exploração² e a concorrência desleal da pesca industrial; Ordenamento pesqueiro incoerente para as dinâmicas da região; diminuição do pescado; pressões do poder público para que a comunidade desocupe seus territórios; e fenômenos naturais de erosão da praia. Também foi observado um processo de favelização em torno de algumas comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. Sendo possível perceber um planejamento territorial urbano desordenado, que privilegia a alocação de casas de luxo a beira mar e marginaliza (entre terra e mar) as vilas dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca. Somando esses fatores, forma-se um processo de vulnerabilidade dos pescadores artesanais de Itapirubá.

Na volta ao litoral do Paraná (2014), o autor inicia outro estágio. Desta vez na Associação MarBrasil (ONG que trabalha com a conservação dos ecossistemas marinhos e sua biodiversidade), fazendo parte do programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (REBIMAR³). Neste programa o autor teve como principais atividades: Auxiliar no levantamento de dados socioeconômicos e ambientais relacionados a pesca no litoral do Paraná; Auxiliar no levantamento de dados sobre aspectos ambientais; compilar dados de geoprocessamento; Embarques realizando pesca experimental (caceio e arrasto); e Reuniões com pescadores e pescadoras do litoral do Paraná.

Durante essa nova vivência, o autor teve a oportunidade de conhecer algumas comunidades que realizam pesca artesanal marítima no litoral do PR, se inserindo um pouco mais no contato com a pesca, percebendo seus conflitos, cultura e dificuldades. Desta maneira foi possível presenciar e observar situações análogas as que outrora foram observadas no litoral de SC.

Dentre cerca de 10 comunidades pesqueiras que eram visitadas no litoral do PR para realizar as atividades do estágio, Barrancos foi a que o autor mais esteve presente em detrimento das atividades do estágio (curso de GPS aos pescadores profissionais e monitoramento de desembarque). Com as frequentes idas à

¹ Documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas que devem reger o uso da unidade de conservação, assim como o manejo dos recursos naturais e a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

² Elevada condição de captura dos recursos pesqueiros.

³ Realiza um conjunto de ações socioambientais e baseia-se na utilização de recifes artificiais para auxiliar a recuperação da biodiversidade marinha e dos estoques pesqueiros.

comunidade e horas na areia da praia esperando as embarcações voltarem do mar, o autor teve a oportunidade de conhecer os pescadores e dialogar com os atores sociais a respeito do que estava presente nas suas leituras sobre povos caiçaras e pesca. Assim vislumbrando aquele momento em que esteve diante da história viva relatada na literatura por autores como Antônio Carlos Diegues, Cristina Adams, José Milton Andriguetto, entre outros. Através deste contato o autor desenvolveu o seu trabalho de conclusão de curso com a comunidade referida levando em seu título “Da terra para o mar e do mar para a terra, Barrancos⁴”.

Após concluir a graduação o autor entra para o PPGDTS (UFPR) na intenção de desenvolver um estudo sobre as representações cartográficas do território de Barrancos, afim de dar continuidade ao trabalho que realizou com os moradores e moradoras da vila. Influenciado por alguns autores e autoras como: Adriane Gorayeb, Andreino Campos, Alfredo Wagner, Ermínia Maricato, Henri Acselrad, Henri Lefebvre, Marcelo Lopes de Souza, Michel Foucault, Josué de Castro, Milton Santos, Paul Little, Raquel Rolnik, Yves Lacoste, entre outros, o autor parte para uma imersão sobre discussões entre cartografias, ordenamento territorial urbano, direito a cidade, e representações do território como afirmação e negação de direitos, violência, visibilidade e invisibilidade. Com ferramentas de geoprocessamento e leitura (de autores como os mencionados acima) foi possível, além aprender a fazer mapas, também abrir o olhar para questioná-los, não mais os enxergando como verdade absoluta. Dessa maneira direcionando o projeto de pesquisa para estudos cartográficos e espaço habitado.

Essa dissertação não possui vínculo com o Projeto Nova Cartografia Social⁵ e não contou com o apoio técnico que o projeto desenvolve. Também não tem a pretensão de levar créditos sendo mencionada como um produto do PNCS. Foram utilizados conceitos teóricos que dialogam com outros referenciais promovendo uma discussão sobre análises socioespaciais específicas da comunidade de Barrancos e realizados os mapeamentos com metodologia adaptada as especificidades do caminhar que a pesquisa percorreu.

Boa parte da trajetória dessa pesquisa deriva do que foi mencionado até agora, e cabe ressaltar as dificuldades encontradas nesse caminhar, das quais companheiras e companheiros do autor também passaram por elas. Não é a

⁴ Publicado na Revista TOM UFPR, V2, n°4, dezembro/2016. ISSN 2448-136X.

⁵ Será apresentado no item 1.4

intenção aqui, nestes próximos parágrafos, passar a imagem de mais um estudante de pós-graduação depressivo ou frustrado, ou reclamar. Pelo contrário, a ideia é que se registre (de maneira breve) as adversidades que aparecem de maneiras totalmente inesperadas, que podem influenciar no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos e na saúde dos pesquisadores e pesquisadoras.

O desgaste psicológico/mental do autor foi inevitável a partir do final do primeiro semestre de 2018. O cenário em que o autor se encontrava era da seguinte forma: Uma vida desregrada de horários, alimentação não muito saudável, muito café e o caos da conjuntura política/social nacional se (re)desenhando. Isso somado a preocupações com as despesas financeiras (moradia, transporte e alimentação), futuro, trabalhos informais com horários nada convencionais, distancia da família por longos períodos, autocobrança de produção acadêmica, e o peso de consciência ao se preocupar com a responsabilidade social que é ocupar uma vaga na universidade pública em um respeitado programa de pós-graduação. O autor acredita que essa soma de fatores e situações, tenha resultado em esgotamento mental, implicando em dificuldade com a produção acadêmica e foco na pesquisa. Justamente nesse período quando o autor foi contemplado com bolsa da CAPES (10 meses).

Na época das eleições presidenciais se intensificou o desgaste mental e emocional do autor com diversas preocupações e questionamentos sobre o motivo de realizar a própria pesquisa. Com a bolsa e estabilidade financeira durante 10 meses, também vieram a responsabilidade mais intensa de concluir a pesquisa e uma exigência maior por prazos, num momento em que o autor estava praticamente decidido a sair do programa de pós-graduação.

Dificuldades na fase de campo da pesquisa também surgiram, dentre elas quatro falecimentos de moradores e moradoras da comunidade de Barrancos, longos períodos de chuva e mar agitado, pescadores com indisponibilidade de tempo, problemas com transporte, e alguns períodos em que o autor esteve com a saúde física afetada.

O autor acredita ter chego perto de um quadro de depressão neste momento, entre verão e outono do ano de 2019, passando por longos períodos sem conseguir evoluir na pesquisa. Procurou ajuda profissional em medicinas indígenas e com o atendimento da psicologia do SUS e da UFPR. Obteve bastante resultado, o apoio de poucas pessoas que perceberam o quadro em que o autor estava entrando, e o fato de o alertarem sobre foi essencial para reverter a situação.

Conversas bem marcantes com professoras e professores, alguns amigos e amigas, foram extremamente importantes para a retomada da pesquisa e a recuperação da saúde mental/emocional do autor, sendo resgatada a motivação para seguir com o trabalho. Cito aqui seus nomes: Juliana Quadros, Liliane Tiepolo, Andrea Espínola, Marcelo Varella, Alan Ripoll, Tieme Nishiyama, Diogo Pires, Juliane Steffanone, Paula Sogabe, Mirella Ricarte, e irmã Roberta Portes. Após a retomada da pesquisa o autor refaz seu cronograma de estudos e dá continuidade ao trabalho que é apresentado a seguir.

Em meio a tempos turvos em que o autor (todos nós) navega, considerando a atual conjuntura política/social, o desmonte da educação, da previdência, desmonte das leis trabalhistas, em um momento onde a universidade pública é vista como “inimiga da sociedade” e a ciência ridicularizada/sucateada, desmonte de políticas sociais, um avanço desenfreado do conservadorismo, cegueira generalizada, tempos de fake news pelas telas planas da mentira, discursos de ódio explanados e ataques violentos as minorias, “cidadãos de bem” abrindo o armário deixando o preconceito se espalhar, em meio a toda essa tormenta este trabalho consegue vingar.

Ficando cada vez mais difícil enxergar uma perspectiva de reversão deste quadro, frente a um estado violento que assume a postura de apenas atender a lógica do mercado, impondo de maneira violenta seu pensamento conservador e um autoritarismo galopante, retrocedendo a avanços na política ambiental, na defesa de comunidades e povos tradicionais, negando o estado democrático de direito, compactuando unicamente com os interesses do poder privado, privatizando tudo a qualquer preço acreditando que isso sim é progredir, inferindo diretamente no modo de viver do seu próprio povo, sem alguma preocupação com a responsabilidade social.

“Sim foi golpe, orquestrado por sorrisos velhos e apertos de mão”, em nome da família, para sustentar seus patrimônios, exaltando torturadores. “Um grande acordo nacional com o supremo com tudo”, e a cumplicidade das panelas. Quem mandou matar Marielle Franco? Por que prenderam Luís Inácio Lula da Silva? Por que tinha 39 kg de cocaína no avião da FAB? 117 fuzis M-16 no antigo condomínio do presidente? Cadê o Queiroz? Inúmeros são os questionamentos e indignação sobre o que é possível observar em apenas uma análise rápida.

É neste cenário que emerge esta pesquisa, sendo apresentado nas próximas páginas o melhor do autor, como um registro de um momento histórico em qual atores sociais, seres humanos reais com suas histórias reais se debruçaram e acreditaram na construção deste estudo, como um marco (mesmo que pequeno) de “resistência a todo o tipo de pilantragem que existe, sendo a margem que resiste e com força insiste”.

É carregada de tudo isso que essa dissertação se constrói, por esses motivos, e de toda a força e aprendizado que o autor encontrou neste caminhar que cada linha foi escrita. Sem a intenção de buscar alguma erudição, dedicando os esforços para realizar uma escrita didática, de fácil compreensão, o texto flui com notas de rodapé, quadros, mapas, lista de siglas buscando esclarecer ao máximo possível a real intenção que esta pesquisa se propôs.

Cartografias do Espaço Habitado é um registro do atual, do que é visível na camada da superfície terrestre retratando a paisagem. Mas também é uma representação de um tempo histórico passado, que acessa a camada da memória dos habitantes do espaço habitado.

"Por isso, o momento passado está morto como tempo, não, porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social". (SANTOS, 2009, p.14).

"O atual é tanto mais difícil de apreender, nas fases em que a história se acelera, quanto nos arriscamos a confundir o real com aquilo que não o é mais". (SANTOS, 2009, p.14).

"...a forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade". (LEFEBVRE, 1974, p. 121).

INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa social cujo o foco é o estudo do entendimento de um coletivo, suas práticas e dinâmicas relacionais, a fim de identificar questões da realidade as quais não podem ser dimensionadas de maneira quantitativa, não tendo a preocupação em apresentar dados que sejam representados em números, se propondo com esta interpelação, a gerar novos conhecimentos baseando-se em um âmbito de sentidos, práticas, valores e crenças. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009; MINAYO, 2001).

Por ser um estudo de caráter descritivo-exploratório, foram utilizados métodos de diversos como: Técnicas de Geoprocessamento, Pesquisa Documental, Sistema Participativo de Informação Geográfica, Grupo Focal e anotações em Caderno de Campo. Além de ter sido consultado um referencial teórico com os seguintes conceitos: Território, Paisagem, Espaço Habitado, Direito a Cidade, Planejamento Urbano, Cartografia Oficial e Social, e Discurso.

A vivência na comunidade foi fundamental para que a pesquisa tenha se tornado real, pois conforme relatado na apresentação deste trabalho, foi criada uma relação de confiança construída a partir do ano de 2014 (quando o autor realizava atividades no componente da pesca do projeto REBIMAR), tendo como a principal intenção registrar os usos, cultura e história que o território da comunidade de Barrancos apresenta. A pesquisa caminhou o tempo todo com um planejamento flexível, que possibilitou associar as atividades do seu cronograma às dinâmicas da comunidade conforme a disponibilidade dos habitantes. Também se atentando às condições climáticas que se tornaram situações adversas em alguns momentos.

No intuito de revelar a realidade oculta nos mapeamentos oficiais em que a comunidade de Barrancos está presente, a elaboração de mapas sociais, se apresenta como ferramenta de conhecimento estratégico fundamental para o presente estudo, uma vez que se torna possível a observação do território e das maneiras que os elementos ali presentes se encontram de maneira bidimensional, e através de seu processo de mapeamento as pessoas envolvidas aprendem, além da interpretação do fenômeno observado, a observar o contexto em que o saber do respectivo fenômeno será mapeado. (MENEZES, 2000).

O mapa é um registro de uma fração do território, formado por um grupo de símbolos, representados por legendas, elaborados por alguma convenção

cartográfica ou por quem está realizando o trabalho técnico de confecção do mapa. Os símbolos são utilizados com a finalidade de representar informações do espaço em análise, sendo classificados no mapa para realizar a sua interpretação. (MENEZES, 2000). O nível dos saberes que o leitor tem a respeito do que se quer mapear, e o grupo de símbolos aplicado na representação, é considerado de grande relevância na confecção do mapa. Sendo construído, correntemente, por um profissional da ciência cartográfica que conhece os fundamentos e regras aplicando a cartografia:

(...) como uma ferramenta de apoio, permitindo, por seu intermédio, a espacialização de todo e qualquer tipo de informação geográfica. Desta forma, para o geógrafo [cartógrafo], é imprescindível o conhecimento dos aspectos básicos da cartografia bem como dos elementos básicos de projeto de mapa. (MENEZES, 2000, p. 33).

Por meio de imagens de satélites, fotos aéreas, saídas a campo, e outros meios de observação do espaço que se quer mapear, o profissional da cartografia analisa a paisagem e obtém dados significativos a serem adicionados. E através da sua própria compreensão da realidade, determina como ela será representada no sistema de símbolos do mapa. Podendo utilizar convenções, sejam elas de símbolos e cores, ou também representações específicas feitas por quem está mapeando.

Barrancos se localiza no município de Pontal do Paraná, no Litoral do Estado, sendo visibilizada, compreendida pelo poder público, e pelo o seu mapeamento oficial (Plano Diretor⁶), há alguns anos, de maneira a representar a sua realidade diferente da qual ela é. A comunidade de pesca referida, assim como observado em outras comunidades pesqueiras no Brasil, passa por transformações sociais e territoriais, incluindo seus hábitos e costumes, colocando-os em uma situação de vulnerabilidade social. Tal vulnerabilidade se constitui em decorrência de fatores intrínsecos e extrínsecos à atividade de pesca, resultando assim em uma contínua diferenciação da paisagem. (DIEGUES, 2004).

⁶ Mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base um lado de interesses coletivos.

Para Santos (2012) a paisagem e o espaço são resultados de movimentos da sociedade, resultados estes de superfície e de fundo, que funcionam num mosaico de relações, formas, funções e sentido. O autor nos traz que a paisagem se apresenta de maneira heterogênea e metamorfoseada. Adicionalmente o referido autor traz que:

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social. (SANTOS, 2012, P.71).

O estudo aqui presente, compreende que tais fatos mencionados, bem como a realidade da comunidade, não são apresentados de maneira definida nos mapeamentos disponíveis, uma vez que o olhar cartográfico deixa de lado o fator histórico e cultural da comunidade de Barrancos.

A hipótese desta dissertação enuncia que é possível elaborar uma representação cartográfica do território, fundamentada no saber local dos pescadores e pescadoras que habitam a comunidade de Barrancos, considerando que tais saberes não constam nos mapas oficiais em que a comunidade é representada. Assim a hipótese se firma na ideia de que um mapa social pode incluir estas informações, dando viabilidade a construção de uma cartografia oposta à que é apresentada pelo Estado. Buscando legitimidade e visibilidade ao conhecimento, história e cultura dos que vivem neste território, informações estas ocultadas nos mapeamentos técnicos da cartografia oficial/hegemônica. A hipótese apoia-se também no discurso de um mapa construído pelo olhar próprio dos e das que vivem na comunidade, sendo o mapa uma representação do território, um instrumento que traz visibilidade para informações contidas no espaço geográfico, de acordo com a intencionalidade de quem está desenvolvendo o mapeamento.

A partir das hipóteses levantadas, e, considerando a problematização, surgiram as seguintes questões as quais esta pesquisa se propôs a responder:

A- De que maneira o mapeamento da comunidade de Barrancos pode ser apresentado como um documento que representa a realidade do espaço habitado, contemplando a sua história e cultura?

B- Qual é o planejamento territorial urbano que o município Pontal do Paraná apresenta a comunidade pesqueira de Barrancos, baseando-se nas informações presentes em mapas oficiais?

Neste sentido o objetivo geral da pesquisa é o de construir uma cartografia a partir da perspectiva que é própria a Barrancos, dando visibilidade a cultura, história, conflitos, dificuldades e resistência presentes no espaço habitado em um determinado tempo, apresentando o mapa como um registro do momento histórico em que a comunidade se encontra. Tendo por objetivos específicos:

1 – Realizar a construção de dois mapas sociais em momentos históricos distintos, contendo informações que é própria aos atores sociais, e que represente o momento histórico dos que vivem na comunidade referida a partir das suas perspectivas.

2 – Estudar e discutir o planejamento urbano e direito à cidade considerando as informações apresentadas nas cartografias do espaço habitado (oficiais e sociais).

Trabalhos antecessores a este como os de: Cunha (2018), Mafra (2018), Martins (2017), Sampaio (2006), Nogueira (2017), e Portes & Quadros (2016), realizaram estudos com/na comunidade de Barrancos, apresentando em suas pesquisas informações de âmbitos sócio-político, socioambiental e cultural de Barrancos que foram utilizadas neste trabalho.

Dividida em 3 capítulos esta dissertação buscou construir uma representação do território, do espaço habitado, em cartografias que contenham informações referidas ao que os pescadores e pescadoras da comunidade compreendem com naturalidade, elementos próprios a estas pessoas que habitam este espaço. Considerando os trabalhos mencionados acima, dentre outros que também fazem menção a Barrancos, esta dissertação buscou trazer como conhecimento novo, buscou contribuir para futuras análises que diferentes ciências possam buscar, e para possíveis demandas da comunidade, um registro do momento histórico, para além de uma fotografia, um documento cartográfico que represente a cultura, conflitos (latentes e eminentes), histórias e as marcas presentes na paisagem, tanto nas coisas materiais quanto informações que existem somente na memória dos e das que habitam Barrancos.

No primeiro capítulo é apresentado o caminho teórico que foi percorrido pelo autor para a construção da pesquisa. Foram escolhidos os seguintes conceitos: Territórios e Paisagem, apresentando definições e a relação entre estes dois conceitos e a importância para esta pesquisa; Espaço habitado, em que estas duas palavras que estão presentes no título da dissertação, como conceito chave são expostas as definições baseadas principalmente na interpretação do que Milton Santos (2009; 2012) diz a respeito; Os conceitos de Direito a Cidade e Planejamento Urbano⁷ foram escolhidos a partir do momento em que decidiu-se realizar uma discussão do que o planejamento urbano municipal possui para a localidade, sendo definido o conceito e o que diz a política urbana; Cartografias Oficial e Social, conceitos trazidos para o texto na intenção de fundamentar as análises e construções cartográficas que esta dissertação se propôs a fazer, interpretando suas contraposições e instrumentalizações; e por fim Discurso Manifesto na Cartografia conclui a fundamentação teórica, finalizando o primeiro capítulo, de maneira a apoiar o posicionamento da pesquisa no momento que ela revela uma verdade que não está presente na cartografia oficial que o estado oferece a Barrancos.

O segundo capítulo apresenta os materiais e métodos utilizados nesta pesquisa, tanto no trabalho de campo quanto no de gabinete. Os métodos (especialmente os de campo) foram definidos de acordo com a aceitação e compatibilidade da dinâmica e relação de trabalho entre o pesquisador e atores

⁷ Conceito relevante por Barrancos fazer parte da zona urbana do município, inserida em uma ZEIS e anteriormente entendida como Ocupação Irregular.

sociais. Sendo os de gabinete: Pesquisa Bibliográfica onde foram consultadas diversas literaturas (tanto sugeridas pelo PPGDTS quanto leituras externas) e escolhidos os conceitos mencionados que são apresentados no primeiro capítulo, além de uma busca por métodos de coletas de dados de campo que contemplassem as especificidades da comunidade local (mencionadas a seguir); Pesquisa Documental, tendo acesso a documentos oficiais da comunidade, sendo possível detectar dados essenciais ao desenvolvimento da pesquisa. O estudo aplicou os seguintes métodos de campo: Caderno de Campo, sendo um instrumento que registra todas as atividades de campo, como diálogos com os habitantes da comunidade, condições climáticas e demais observações do pesquisador; Grupo Focal que detecta um grupo de atores sociais dispostos a participar da pesquisa e acompanham toda a fase de campo junto ao pesquisador; e por último Mapeamento Social e seus Procedimentos Metodológicos que é descrito neste capítulo como foi realizado os mapeamentos de maneira detalhada.

O terceiro e último capítulo traz os resultados e discussões. Intitulado como “Mapa é Certeza de que o lugar existe (?)”, soa como uma afirmação e como um questionamento, ao se preocupar em uma análise dos mapas (oficiais e sociais) o capítulo detecta visibilidade e invisibilidade em seus discursos. Contextualizando a “Guerra dos Mapas: Sobreposições de Territórios em Pontal do Paraná”, o item 3.1 apresenta como a comunidade de Barrancos emerge a sua regularização fundiária em meio a um cenário conflituoso em que terras estavam sendo distribuídas a empresas privadas, ao bel sabor do poder público, sem considerar a existência de comunidades tradicionais no litoral do Paraná. “O Papel dos Habitantes do Espaço” refere-se à o que os moradores e moradoras representam na comunidade e suas faces, frente ao momento histórico que perpassam. A seguir são apresentados os dois mapas sociais construídos a partir das representações indicadas pelos habitantes do espaço geográfico em questão, com as definições das informações que os mapas comunicam. O primeiro mapa intitulado “Mapa da Memória” refere-se a um cenário de um tempo passado onde as informações foram materializadas com base na memória dos pescadores, e o segundo mapa intitulado “Mapa dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Barrancos” reflete a representação do território atual. Ao final é feita uma discussão sobre o espaço habitado descrito e planejamento urbano.

CAPÍTULO 1 – CAMINHOS TEÓRICOS TRILHADOS

A escolha dos conceitos para comporem a fundamentação teórica a qual esta pesquisa se apoiou, se deu de a partir de leituras de autores e autoras como os (as) que foram mencionados (as) na Apresentação do trabalho. Estes não foram os autores iniciais desde o seu projeto, o qual teve seus objetivos alterados ao decorrer de seu desenvolvimento e principalmente na fase de campo da pesquisa. A princípio o foco era realizar uma descrição histórica da diferenciação socioespacial que a comunidade perpassa, através de outra metodologia e fundamentação sobre território, povos caiçaras e pesca artesanal, onde se buscava uma compreensão com caráter mais descritivo afim de trazer a luz o modo como o desenvolvimento do território em foco de dá, de maneira a ser registrado por uma perspectiva temporal.

A seleção dos autores e autoras que tratam dos conceitos que a pesquisa trabalha, foi restabelecida na intenção de buscar bases para os novos focos e perguntas que surgiram de maneira quase que espontânea, quando em determinado momento o autor se deparou com outra atenção e direcionamento que a pesquisa estava se preocupando. Preocupações estas mais relacionadas as cartografias e o que elas tendem a revelar ou a ocultar. De maneira a guinar o estudo para discussões cartográficas, e dos discursos e informações as quais elas carregam em seus mapas, assim como dialogar sobre quem realizada o mapeamento e o que se pretende revelar e sob qual intenção. Guinada essa orientada principalmente pelos atores sociais presentes na comunidade em evidência, após a metodologia que esta pesquisa seguiu ser apresentada e posta em diálogo, sendo detectado um interesse maior pela questão da representatividade nas informações geográficas que os mapas oficiais apresentam, e na possibilidade de realizar uma representação contraposta a da cartografia feita de maneira hegemônica, a partir do olhar de quem mora na localidade.

Neste sentido foram selecionados os seguintes conceitos descritos nos próximos subcapítulos, com a preocupação de deixar detalhada e explícita esta escolha. No capítulo 2, o qual se refere a metodologia, são apresentados dois quadros contendo as matrizes metodológicas da pesquisa, incluindo a fundamentação teórica, de maneira detalhada relacionando os autores e autoras e seus respectivos conceitos, com os objetivos que essa pesquisa buscou atingir.

1.1 TERRITÓRIO E PAISAGEM

Este subcapítulo tem a intenção de descrever o que alguns autores (Haesbaert, 2007; Little, 1994; Saquet, 2009; Santos 2009 e Raffestin, 1993) dizem sobre o conceito de território e paisagem, relacionando estes dois conceitos e suas proximidades analíticas. Também será caracterizado o conceito de territórios tradicionais no âmbito analítico e legislativo. A ideia aqui não é a de que se alongue a escrita sobre território e paisagem, visto que estes conceitos possuem uma vasta literatura e numerosas interpretações. A pesquisa caminhou com base no que os referidos autores compreendem por território, pelo motivo de suas definições dialogarem com a proposta e contexto do presente estudo.

O conceito de paisagem foi aderido à pesquisa para trazer embasamento teórico sobre a descrição da transformação do território a que este trabalho se dedica. Considerando a ideia de Santos (2012) de que a paisagem não é estática e está em constante transformação, dialoga com o que os mapas trazem em questão para este trabalho, podendo ser interpretados como uma fotografia da paisagem, um registro do momento histórico em que a configuração da paisagem se encontra de maneira não estática.

Este capítulo também dedica alguns parágrafos ao que Carrière (2006) apresenta sobre desenvolvimento territorial.

Segundo Haesbaert (2007) o conceito de território é muito amplo, onde por exemplo o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território. A ciência política percebe o território a partir das suas relações de poder, a economia o traduz na maior parte das vezes como termo locacional ou como base de produção, a antropologia enfatiza a sua importância simbólica priorizando a compreensão das sociedades tradicionais, mas também se atenta para o neoliberalismo contemporâneo. A sociologia dá à luz a suas relações sociais em um sentido mais abrangente, a psicologia traz ao diálogo construções da subjetividade e identidades pessoais. Estas vertentes são agrupadas em três concepções básicas segundo o autor, sendo elas a política, cultural e econômica.

A política se preocupa com as relações de poder de maneira geral, vendo o território como espaço demarcado e controlado, havendo um poder ali presente, porém não necessariamente do estado. A concepção cultural de território, analisa a subjetividade, a simbologia ou dimensão simbólica em que o território está

inserido e principalmente como a simbologia ou relação que determinado grupo produz sobre o espaço que se vive. A econômica se apresenta como concepção territorial pelo ponto de vista das dimensões espaciais e relações econômicas presentes no território. Sendo responsável por produzir embates entre classes sociais e relações capital-trabalho advindos de uma fragmentação ou divisão territorial. (HAESBAERT, 2007).

Outro autor que soma ao debate é Saquet (2009), que inicia sua abordagem territorial expondo a relação espaço-tempo e a relação espaço-território, onde ele diz que o espaço está no tempo e o tempo está no espaço, considerando as diferentes formas que se revelam os processos históricos ditos relacionais. Porém sendo sempre formas do tempo histórico que coexiste por meio de relações sociais. Podendo ser elas econômicas, culturais, políticas, regionalizadas ou territorializadas. Na geografia território não é sinônimo de espaço, são conceitos dessemelhantes que representam diferentes definições, variando conforme o ponto de vista abordado.

A construção multidimensional e coletiva, resulta no território. Sendo este distinto de espaço geográfico em razão de três atributos principais fundamentais: As relações de poder; As redes e as identidades; e os processos espaço-temporais. Considera-se o território como um produto histórico de alterações e permanências realizadas num ambiente onde uma sociedade se estabelece. Quando a sociedade se apropria do território, ele torna-se um ambiente construído, multiplamente variável e relacional. O homem produz, vive, habita, o espaço social e natural, de maneira objetiva e subjetiva. Transformando o território num espaço social, organizado de maneira histórica, no sentido em que a paisagem é o que se é possível ver e perceber. Nos momentos históricos diferentes e sobrepostos o território é produzido, e as paisagens distintas são geradas. Sendo os processos sociais multi escalares e multi temporais nas atividades cotidianas da vida em sociedade. (SAQUET, 2009).

Para Santos (2009) as paisagens são formas “mais ou menos duráveis”, onde o conjunto de objetos naturais e fabricados pelo homem compõem um traço comum na definição de paisagem. O autor nos traz que a paisagem se compreende nos objetos naturais, que não foram construídos pelo homem e que nunca foram tocados por ele, mas também se compreende a paisagem nos objetos sociais que são registros do trabalho do homem, tanto em um tempo passado quanto no presente.

Raffestin (1993) compreende paisagem como uma construção de diversos elementos técnicos, econômicos e sociais, políticos e culturais, que dão vida ao território e ao ciclo de produção, que por vezes não são possíveis de serem observados como elementos imateriais. As definições de paisagem dialogam com o conceito de Saquet (2015), que define o território como o local que se formam as relações de apropriação e produção do espaço geográfico, sendo essas relações de energia e informação.

Saquet (2015, p. 69) nos traz que: “O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente”. Entendendo-se assim, território como um espaço onde ocorrem as relações sociais, onde demarca-se espaço e tempo. A compreensão do território se dá como área, porém sobretudo como relações sociais, econômicas e políticas. (SAQUET, 2015).

Segundo o parágrafo 1º, do Artigo 3º do Decreto nº6.040 de 7 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais, são grupos que se reconhecem como povos diferenciados culturalmente, possuem formas particulares de se organizar socialmente, ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição da reprodução de sua cultura, sua reprodução social, religiosa, ancestral e econômica, utilizam de conhecimentos, inovações e práticas produzidas e transmitidas pela tradição. (BRASIL, 2007).

A Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) traz que os povos tradicionais possuem modos de vida que lhe são próprios, onde suas relações territoriais são enviesadas na preservação da memória, história, patrimônio, cultura material e imaterial, e o seu reconhecimento formal contribui para reduzir a desigualdade e promover a justiça social. Estes povos possuem um amplo repertório de mitos, ritos e conhecimentos herdados ancestralmente. Saberes estes relacionados a atividades que garantem a produção e o consumo como uma forma de relação específica com a natureza. (COSTA-FILHO; MENDES, 2014).

Little (1994) traz que os territórios dos povos tradicionais são constituídos através de longos períodos, sendo formados em décadas, podendo ser registrados até séculos de ocupação e permanência no território. Tais períodos extensos de ocupação apresenta um valor histórico a reivindicações territoriais. O referido autor afirma que os territórios tradicionais não permaneceram no regime formal que a

Colônia estabeleceu, assim como o do Império e o do recente regime que a República estabelece. Porém este fato não nega a legitimidade das reivindicações territoriais apresentada por esses povos, onde a manifestação de suas territorialidades não reside unicamente na legislação que está posta ou a títulos. Ela se situa principalmente na memória viva desses povos, a memória coletiva, que compreende dimensões simbólicas e identitárias presentes nas suas relações com o meio em que vivem, estabelecendo uma relação histórica com o território.

Partindo para a abordagem do conceito de desenvolvimento territorial, Carrière (2006) inicia apresentando uma crítica ao modelo de desenvolvimento centralizado, onde essa vertente é referida na teoria dos polos de crescimento, que traz bastante impacto em vários países de variados continentes. O desenvolvimento centralizado tem que necessariamente ser impulsionado por motrizes hegemônicas, como grandes empresas e corporações. Causando um efeito de arrastamento em outras unidades que são dominadas por efeitos diretos, indiretos e induzidos, unidades essas, que a princípio beneficiavam a economia local.

Assim um polo de crescimento proporciona o desenvolvimento, deixando claro que um grande complexo industrial não se concebe sozinho. Os efeitos de dominação se relacionam com o processo social realizado no espaço físico, onde o entendimento sobre os polos industriais de crescimento, consideram não só os impactos de uma organização ruim do mercado externo, mas também o exercício do poder. (CARRIÈRE, 2006).

As macrodecisões relacionadas aos polos de crescimento, abordam uma importante referência sobre o desenvolvimento. Sendo possível afirmar que a visão sobre polos de crescimento, origina-se nos estudos contemporâneos sobre economia espacial, onde foi realizada uma busca para articular os conceitos de espaço econômico e desenvolvimento. Onde essa noção se faz presente nas políticas de planejamento e de ordenamento do território. (CARRIÈRE, 2006).

A maneira de pensar sobre como se dinamiza o desenvolvimento territorial, liga-se a diferentes fenômenos socioeconômicos, políticos e ambientais que aparecem nos anos 1980. Onde a guerra entre Israel e os países árabes (1973) provocou uma crise econômica, acarretando em um aumento significativo do valor do petróleo, que se soma a essa crise, representando o término do período denominado “Trinta gloriosos”, que foram os 30 anos de crescimento econômico do pós-guerra. (CARRIÈRE, 2006).

Considerando o exposto, foi iniciada uma especulação sobre a crise do modelo de desenvolvimento chamado de “fordista”, que se baseia na produção de grandes unidades produtivas em massa, na organização do trabalho, regulação da macroeconomia e no consumo massificado. Assim a aparição de um novo grupo de teorias, que deram suporte para a abordagem territorial do desenvolvimento, foi favorecida pela crise. (CARRIÈRE, 2006).

Os principais elementos teórico-metodológicos do desenvolvimento territorial, que as análises do espaço geográfico e as considerações sobre o desenvolvimento desconsideraram-se de maneira mútua, até o início da crise dos anos 1970. Onde depois de vinte e cinco anos aproximadamente, de interesses dissociados, as considerações que tentaram se associar ganharam relevância. O espaço-lugar de desenvolvimento foi substituído da sua ideia inicial de ser um simples suporte as atividades econômicas, para se tornar um espaço território repleto de vida, de cultura e capacidade de se desenvolver. (CARRIÈRE, 2006).

Pode-se compreender que, de maneira geral, o que foi disseminado sobre território nas discussões acadêmicas emerge de duas dimensões. A primeira e mais predominante que trata sobre a terra, traduzindo território unicamente como materialidade, como espaço físico definido por fronteiras, e a outra talvez menos, com menor relevância nas discussões acadêmicas, considerando que algumas ciências aderem uma cultura de se auto afirmar mais verdadeiras ou mais assertivas do que as outras, se refere a território como sentimentos, relações, simbolismos e conexões com o ambiente em que se habita.

1.2 ESPAÇO HABITADO

O estudo optou por trabalhar com o conceito de Espaço sob influência da abordagem que Milton Santos traz em seu livro “Metamorfoses do Espaço Habitado (2012)”, o qual este subcapítulo irá discorrer. Também é abordado aqui, de maneira breve, o conceito de Lugar sob os pontos de vista de Raffestin (1993) e Little (2002), por se aproximar do conceito de Espaço sob a perspectiva que essa pesquisa buscou seguir. Também será apresentado o ponto de vista de Saquet (2009) sobre espaço, de maneira a dialogar com as definições dos demais autores mencionados.

A heterogeneidade é uma das características do espaço habitado, por possuir uma imensa pluralidade sobre o ambiente, como culturas, raças, religiões, etnias, níveis de vida, etc. A partir disso, o fenômeno se expande e torna-se mais complexo, na mesma proporção em que a terra, sua posse e seu uso, passa a ser especulativa, com valores definidos por meios de conflitos incessantes entre díspares tipos de capital que se apoderam do campo e da cidade. (SANTOS, 2012). Complementarmente o autor afirma que:

Poder-se-á, sem dúvida, lembrar as viagens interplanetárias e o passeio do homem sobre a Lua, como conquistas recentes do gênio da espécie. Mas a Terra segue sendo a morada do Homem. A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. Podemos assim acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado. (Santos, 2012 p.41).

Não sendo um agrupamento de coisas, e nem uma coisa única em si, o espaço pode ser entendido como uma realidade onde coisas e relações são interpretadas indissociavelmente. Definir o que é o espaço de fato, não pode ser feito sem o relacionar a diferentes realidades. Como por exemplo a natureza e a sociedade tendo sua relação através do trabalho. Para além das definições clássicas da geografia, o espaço pode ser interpretado como o efeito de uma interação entre o indivíduo humano, ou grupos sociais, e a natureza. Adicionalmente o autor traz que:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento a forma, pois têm um papel na realização social. (SANTOS, 2012, p. 29).

Considera-se no Brasil, que o espaço geográfico é a grande esfera da geografia, existente na composição dos lugares em conjunto com o tempo, formando assim uma unidade. Sendo o espaço uma realidade que se relaciona com a natureza e a sociedade, transformado pelas ações sociais do homem. Assim sendo produzido o território pelos atores que desprendem energia (trabalho) estabelecendo relações de poder, assim como atividades de produção e representações simbólicas. Assim tais atividades passam a produzir o território, onde o espaço já foi incorporado e transformado em paisagens diferenciadas, porém não se descolam do espaço e do território. (SAQUET, 2009). Em relação ao que Saquet (2009) apresenta, Santos (2004) traz que:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 2004, p. 171).

A ideia de lugar apresentada por Raffestin (1993), também é compreendida e expressa nos princípios diversos que os grupos sociais aplicam ao ambiente em que vivem. As tecnologias utilizadas para exercer trabalho assim como as funções diretas dos métodos de sistematizar os seus saberes sobre o ambiente em que o grupo está inserido, são aspectos definidos para determinar a disposição e expressividade das relações ecológicas que o grupo aplica para, de certa maneira, produzir seus recursos naturais.

Santos (2012, p.10) traz que: “O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço”, dando luz de que o espaço não pode ser compreendido sem as relações sociais presentes nele, de maneira a se fundir com elas não podendo ser dissociado na sua interpretação.

Blay (1979) apresenta a ideia de que a soma de processos naturais e ações humanas, resulta na produção do espaço. A história gradativamente abrange a cultura, política, economia e princípios sociais, se fixando no espaço. De modo a ser compreendido como uma produção consequente de um trabalho realizado por grupos sociais e suas ligações com o ambiente natural. De maneira metódica o espaço é arranjado, já predeterminado, para ser usado especificamente atendendo a um propósito já estabelecido, equipado de uma organização, dentro de um regulamento agindo dentro de uma forma de funcionamento. Neste momento a produção social resultante em espaço, adquire aspecto estratégico e político, onde seus inúmeros propósitos necessitam de ajustamento e regulação. No sentido do espaço ser compreendido como objeto, que pode ser regulado, controlado, também se torna cidade onde o autor defende a ideia da seguinte maneira:

O trabalho executado pela coletividade sobre uma determinada porção da natureza gera um objeto especial: a cidade. Este é o resultado de uma ação orientada com uma finalidade precisa; seu espaço é organizado, configurado, ocupado, apropriado, por um grupo com um sistema econômico social e ideológico bem definidos. (BLAY, 1979, p.152).

Passando a ser compreendido/estabelecido como ambiente urbano, o espaço ganha mais e mais regulamentações, interesses, relações de poder, valoração e especulação. É disputado e se torna ambiente de conflito. Mas a discussão sobre cidade será apresentada de maneira mais detalhada no próximo subcapítulo. Santos (2009) diz que o espaço é dinâmico e está em constante processo de transformação. Pois para cada alteração que ocorre, seja na economia, nas relações políticas, sociais, em diversos níveis de variações, o espaço é modificado com a intensidade equiparada as mudanças mencionadas, de modo a se ajustar à sociedade atendendo as necessidades que surgem como consequências dessa mutação contínua.

Podendo ser concluída a ideia de que o espaço é o lugar de ação, e interação entre os elementos naturais e culturais. Não sendo possível o espaço existir sem a presença do homem, visto que ele é uma produção destas relações, modificações e adaptações, realizadas a partir das necessidades do homem em sociedade. E não é estático, é mutável, possui uma paisagem que está em constante transformação, em conformidade aos usos sociais, força de trabalho ou energia empregada pelo homem.

1.3 DIREITO A CIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

Este subcapítulo dedica-se a descrever, de maneira breve, o conceito de Direito a Cidade, e indicar alguns pontos mais relevantes da política urbana nacional, fazendo uma breve contextualização. Para esta fundamentação teórica foram utilizados autores como Lefebvre (2001), Harvey (2014), Rolnik (2015) e Souza (2003), e o artigos 182 da constituição federal de 1988 que trata da política urbana, assim como também é feita a descrição da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece o Estatuto da Cidade, e definições do que é o plano diretor baseadas no artigo 5º desta lei. Também foi consultado material presente no Caderno “Didático Políticas Públicas e Direito a Cidade” organizado por Junior et. al. (2017).

O dicionário Aurélio define Cidade como: “Substantivo feminino; Aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo”.

Direito a Cidade é apresentado como o conceito que dá luz aos usos do espaço urbano de maneira igualitária, propondo que as cidades devem ser instituídas para atender as demandas dos seus habitantes, das pessoas que ali vivem, para o bem comum da coletividade, de forma a priorizar a vida, não somente sendo um conjunto de infraestruturas que atende a espacialização do poder, assim como interesses econômicos atendendo unicamente a produção capitalista do espaço. Este conceito tem intuito de relacionar e estabelecer os temas urbanos ao planejamento de políticas e ordenamentos territoriais. (LEFEBVRE, 2001).

Um dos principais problemas urbanos é a segregação de classes sociais. Sejam elas grupos étnicos, raciais, de gênero, ou de poder aquisitivo. Apresentando uma ideia contraposta que se reproduz de maneira hegemônica, onde a cidade é produzida pelo capital e para atender as demandas do capital. Sendo uma medida para que a cidade seja produzida com o intuito de servir as pessoas, os cidadãos e cidadãs, podendo ser compreendida como uma visão anticapitalista. (LEFEBVRE, 2001).

Souza (2003) aponta que a cidade é um espaço onde estão presentes as possibilidades de serem alcançadas as condições materiais fundamentais como moradia, saúde, transporte e também as imateriais, por exemplo, o acesso à cultura e educação. Visto isso, o mesmo autor traz que refletir sobre os problemas da cidade, é refletir sobre as afirmações costumeiras e simplistas como “O problema é a falta de planejamento”, “essas cidades crescem demais”, “é preciso livrar-se de uma parte da população” ou ainda “é preciso impedir a formação de novas favelas”. Como se essas fossem verdades únicas e incontestáveis, sem ao menos serem apresentadas maneiras para resolver o pressuposto “excedente populacional”.

Compreender de fato as dinâmicas das cidades, e as razões de seus problemas, é fundamental para realizar um planejamento eficiente de estratégias e ferramentas apropriadas para a resolução dos problemas urbanos identificados. Mas a incumbência dessa empreitada não deve se limitar exclusivamente a profissionais especialistas. Os cidadãos devem envolver-se efetivamente neste processo, não permitindo, de maneira passiva, que as decisões sejam tomadas apenas por políticos e técnicos que ocupam cargos públicos. (SOUZA, 2003).

Adicionalmente, de maneira a afirmar o que foi mencionado o referido autor traz que:

Além de tudo isso, a cidade é, igualmente, um “centro de gestão do território”, por sediar as empresas. Porém, nem tudo se resume à economia! A cultura desempenha um papel crucial na produção do espaço urbano e na projeção da importância de uma cidade para fora de seus limites físicos, assim como o poder. A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos formando grupos de afinidades e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar. (SOUZA, 2003, p. 28).

Neste sentido a cidade se torna o que Junior et. al. (2017) chama de arena, formando um palco de diferentes disputas de interesses por agentes distintos. Dentre eles estão: Os moradores que compreendem a moradia valorada em seu uso, sendo diretamente ligado à sua cultura, modos de vida, necessidades individuais, de grupos sociais ou famílias; Os corretores de imóveis que estão interessados em lucrar com a compra e venda de imóveis, para fins de moradia ou

para usos comerciais obtendo lucro no valor de troca negociado; Os proprietários de terras urbanas que por sua vez também lucram com o valor de troca buscando a maior valoração possível de suas posses; As corporações da indústria construtora de moradias que atuam criando os valores de uso aos moradores e valores de troca entre elas mesmas; Os construtores de infraestrutura basicamente de transporte e comunicação, que agem constantemente construindo e também trabalhando em reformas na cidade, onde suas ações acarretam em valoração ou desvalorização a distintas regiões da cidade; Os agentes financeiros desempenhando a função de oferecer crédito aos construtores e compradores de propriedades; e Por fim os agentes governamentais, que devem exercer o papel de assegurar que os cidadãos tenham acesso a moradia, como governantes eles possuem obrigatoriedade de garantir esse direito aos cidadãos e cidadãs.

Posto esse cenário da cidade como “arena de disputas”, o urbanismo não se apresenta como um instrumento cunhado em planos de desenvolvimento das cidades para atender as necessidades da população. Se apresenta para beneficiar projetos que privilegiam a negociação de poucos atendendo a lei do mercado. Cumprindo a imposição dos investidores em obterem os lucros dos seus investimentos onde de fato o conteúdo urbanístico aparece. Aplicar essa estratégia é configurar uma nova colonização, impondo sobre o solo urbano projetos sob o cunho de modelos de negócios. De maneira que a população menos favorecida financeiramente fique de fora do planejamento e definições do projeto de cidade. (ROLNIK, 2015).

Podendo ser compreendida então a cidade como um espaço dinâmico onde há diversos atores sociais com intencionalidades e necessidades específicas, que estão em constante disputa pelo espaço urbano de acordo com o tipo de valoração dada a determinado espaço. Complementarmente Souza (2003) afirma que:

Apesar de nem todo “local de mercado” ser uma cidade (basta pensar como ele sugere, em mercados periódicos tendo lugar em aldeias, isto é, assentamentos não-urbanos), toda cidade é um local de mercado, onde se dá um intercâmbio regular de mercadorias. (SOUZA, 2003, p.25).

Na realidade, de maneira concreta, segundo Lefebvre (2001, p.21) o que acontece é: “o núcleo urbano (parte essencial da imagem e do conceito de cidade) está rachado, e, no entanto, consegue se manter”, porém de maneira violenta a negar o acesso ao direito a cidade a uma margem a grupos sociais específicos, e

privilegiar outros grupos sociais com a facilidade em obter os serviços estabelecidos pela constituição a todas e todos cidadãos e cidadãs brasileiros(as). Maricato (2013a, p. 125) apresenta a seguinte frase de maneira bem direta que ilustra essa lógica dentro do cenário de disputas apresentado: “O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns”.

De maneira mais relevante o que se pretende evidenciar, neste momento, é a distinção de agentes e no que estão interessados. Interesses esses que influem diretamente na construção da cidade e as relações com as moradias e os tipos de valores, os de troca ou de uso. Podendo em determinado momento ser valor de troca para um agente, e de uso para outro. Justamente por estes firmarem seus interesses pelo espaço urbano de maneiras distintas. Com essa interpretação da cidade e suas relações, a partir da abordagem apresentada, pode ser vista como um território em constante disputa onde cada agente emprega seus esforços em alcançar seus objetivos, sejam eles relacionados a reprodução da cidade para fins sociais, onde os valores são os de uso, ou os que buscam obter lucros através do valor de troca. (JUNIOR et. al., 2017).

O acesso ao solo urbano e também à habitação, é um fator determinante a reprodução social da cidade, que o direito à cidade apresenta este acesso como direito a todos e todas, incluindo os serviços que são necessários aos modos de vida que o espaço urbano impõe. Serviços estes que tem a função de prover o bem-estar coletivo. Porém a cidade tem o seu espaço produzido de maneira capitalista, em sua configuração material e imaterial, onde são negados a determinados grupos sociais ou simplesmente não existentes tais serviços. Neste cenário o direito a cidade apresenta, de maneira central, a ideia de “em que cidade se quer viver?”, propondo que o espaço urbano pode ser recriado. (JUNIOR et. al., 2017). Adicionalmente o autor afirma que:

A reprodução social na cidade depende do acesso à terra urbana e à habitação, o direito à cidade significa o direito de todos e de todas ao acesso à habitação e a todos os serviços relacionados à vida urbana e necessários ao bem-estar. (JUNIOR et. al., 2017, p.18).

Harvey (2014) traz que o direito a cidade tem o propósito de ressignificar a cidade, para que sejam cumpridas necessidades coletivas, de grupos sociais, visando atingir o bem comum. Para que a cidade seja feita por pessoas para

peças, deixando de ser este palco de disputa e conflitos como foi descrito acima. Porém o mesmo autor nos alerta para o fato de que: "...o direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político". (HARVEY, 2014, p. 34).

O direito a cidade, expressado em seu conceito original, consiste em todas e todos usufruírem dos serviços que beneficiam a vida na cidade, serviços estes os quais a urbanização trouxe. Dentre eles, de maneira central, o acesso efetivo a moradia, transporte, educação, saneamento básico, trabalho, lazer e a cultura. Ainda o autor ressalta que o direito a cidade principalmente significa o direito à vida na cidade, a vida com todos os acessos ao modo urbano de se viver. Incluindo a possibilidade de decisão sobre as formas organizacionais de viver no meio urbano, indo contra a produção hegemônica do espaço baseada no valor de troca, onde a proposta é unicamente atender a demanda do mercado. Ocorrendo como fundamental a participação social para que se realize o direito a cidade de maneira plena. (LEFEBVRE, 2001).

Na intenção de concluir a apresentação do conceito em evidência, e trazer uma reflexão sobre, Harvey (2014) levanta uma discussão sobre a questão de que se o controle dos meios de produzir a urbanização continuar concentrado em poucas pessoas, de maneira a serem decididos os rumos do planejamento urbano sem que seja descentralizado, a cidade continuará ausente de multiplicidade de fato, pois apesar de serem diversos os atores sociais (ou agentes) que compõe o meio urbano, os poucos atores sociais que vão compor e decidir o ordenamento urbano, terão liberdade para direcionar os rumos a seus interesses pessoais, deixando de lado os princípios do direito a cidade que são baseados nos interesses coletivos. Trocando o fundamento de atender as necessidades da coletividade pela competitividade apresentada acima que se baseia no lucro.

Após a descrição feita, agora o texto aborda o conceito pelo seu caráter normativo, sendo possível identificar que o direito a cidade está presente nos textos das legislações federais. A exemplo este aparece sendo legitimado no artigo 182 da constituição federal de 1988 da seguinte maneira: "A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes".

Também neste artigo é descrita em seu parágrafo 1º a obrigatoriedade da implementação do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes, como

um instrumento fundamental que dá as diretrizes para a aplicação da política de desenvolvimento e expansão da cidade. O parágrafo 2º trata da função social da propriedade urbana, sendo ela a de cumprir o que foi determinado no ordenamento que consta no plano diretor do município. É expresso no parágrafo 3º que no caso de desapropriação de imóveis da zona urbana, deverá ser realizada indenização de maneira justa e em dinheiro. Sobre o solo urbano que não obtiver edificações⁸, ou estiver subutilizado, sem utilização ou ainda que não proporcione um uso apropriado, fica sujeito a penalização das seguintes normatividades expressas no parágrafo 4º:

I - Parcelamento ou edificação compulsórios; II - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

A provação do estatuto da cidade ocorreu ano de 2001, pela lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamentou o que o texto do capítulo II da constituição federal apresenta. Promovendo instrumentos para aplicar a política urbana e fazer cumprir o que manda seu texto, como por exemplo a função social das propriedades, políticas habitacionais e apresenta os seguintes instrumentos: Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que tem o importante papel de destinar terras urbanas que estão sem utilização e com uma boa localização para implementar habitação social; Parcelamento Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), sendo uma ferramenta urbanística que determinava o parcelamento de imóveis que já possuíam edificações, ou utilização, mas este foi substituído Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, que tem a finalidade de reter a especulação monetária dos imóveis urbanos e impulsionando à sua utilização de maneira a democratizar o acesso ao solo urbano, fazendo valer a função social da propriedade.

Também fica a cargo do estatuto da cidade determinar que as cidades possuem a obrigação de rever os seus planos diretores de modo participativo, incluindo uma diversidade de atores sociais, permitindo que sejam apresentados seus interesses para que o planejamento seja feito de forma conjunta e democrática.

⁸ Edificação está relacionado com a construção civil, significando as técnicas usadas para a construção de edifícios, sejam eles direcionados para habitação ou comércio.

Pois bem, para além de conceitualizações e legislações estabelecidas, suas aplicabilidades são descoladas da realidade de maneira geral no Brasil. A construção social necessita que a sociedade se apresente organizada e penetre as esferas políticas ocupando os espaços de tomadas de decisão, para que a lei se faça valer de maneira que as políticas habitacionais sejam efetivamente públicas e democráticas.

Posto tudo isso em diálogo, movimentos sociais populares estão organizados no Brasil levando como principal pauta o direito à moradia, Touraine (1999) conceitua movimento social da seguinte maneira:

A noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (TOURAINÉ, 1999, p. 13).

A nível de exemplo segue uma lista com alguns movimentos sociais populares apoiados no direito à cidade atuantes: Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST); Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); Movimento Luta por Moradia Digna (LMD); Frente de Luta por Moradia (FLM); União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Frente Povo Sem Medo e o Movimento RUA.

1.4 CARTOGRAFIAS: OFICIAL E SOCIAL

“Assim como o relógio, símbolo gráfico da autoridade política central, introduziu a “disciplina do tempo” nos ritmos dos trabalhadores da indústria, as linhas dos mapas, ditando a nova topografia rural introduziram uma “disciplina do espaço”. (HARLEY, 2009, p. 8).

Este subcapítulo dedica-se a compreensão da cartografia dita oficial, convencional ou a que é feita de maneira hegemônica comumente feita pelo estado ou instituições, estando muitas vezes ligada a relações de poder e domínio do território, assim como planejamentos, concentrando o mapeamento nas mãos apenas dos profissionais da ciência cartográfica que ocupam cargos de agentes estatais ou de empresas privadas. E a social, de maneira contraposta a cartografia oficial, possibilita a sociedade ou grupos sociais, a se apropriarem das técnicas cartográficas, construindo os seus próprios mapas, representando informações que são relevantes aos seus modos de vida e contemplando suas reivindicações. De maneira representativa a esses grupos sociais, e que possuem relações diretas entre os habitantes e o território, a possibilidade de se auto cartografar, auto mapear, é apresentada por essa vertente da ciência cartográfica. Também podendo ser entendida como cartografia subversiva, que emerge comumente em situações de conflitos territoriais. As cartografias mencionadas são descritas de maneira a dar especial atenção a suas diferentes formas de uso, intencionalidades, e apresentando experiências de suas aplicabilidades, a partir da compreensão de que os mapas tem o poder de revelar algo, de pronunciar um discurso, um posicionamento, com um determinado propósito, enquanto também oculta algo.

Basicamente o mapa pode ser compreendido como um documento carregado de conhecimento, que comunica algo, possui informações de um espaço estipulado, representações feitas correntemente por símbolos e cores que são referenciadas e baseadas em um sistema de coordenadas geográficas, definidas por meio de uma convenção cartográfica. Sua abrangência em uma determinada escala, possui uma orientação geográfica (norte geográfico), título, e legenda que descreva os itens (representações) presentes no mapa. Tendo esses elementos é possível revelar o fenômeno e o espacializar no território, da maneira exata que o “mapeador” pretende. (CHAVES, 2011).

A exemplo de cartografia oficial, a que aloca dados oficiais sobre o território nacional, podemos mencionar algumas instituições correspondentes as esferas federais e estaduais como: IBGE, DSG, ITCG, INPE, ICMBIO, MINEROPAR, COLIT, INCRA, INDE, CPRM, ANP, MMA, EMBRAPA, IDE-SISEMA, ANA, e etc., onde nos sítios eletrônicos destes órgãos e instituições, são indexados dados geográficos e disponibilizados ao livre acesso, sendo de total responsabilidade dessas agências a competência e concentração do mapeamento dos produtos cartográficos disponíveis.

Lacoste (1989) diz que a geografia é compreendida estrategicamente como um conhecimento tático, onde os mapas que representam de maneira exata o país, tem a sua utilização exclusiva a uma parcela restrita da população, a que o governa. Em uma situação de guerra uma das principais forças de povos camponeses é o conhecimento tático do território que acontece o combate, porém quando a situação ocorre em níveis de escalas mais amplas, o conhecimento sobre o território só pode ser representado pela cartografia, onde este poder se concentrado nas mãos de poucos se torna uma vantagem.

Em muitos países a compreensão e a leitura de cartas topográficas, se torna uma atividade de grande importância para militantes, porém de maneira muito curiosa, majoritariamente países de regimes democráticos difundem livremente suas cartas, independente da escala, assim como os planos da cidade, as disponibilizando para leitura sem preocupação em entregar um saber estratégico a população. Isso acontece porque os governantes observaram que era possível deixa-las disponíveis sem nenhum incômodo pelo fato de a população não ter aprendido a interpretar essas cartas, e as informações geográficas contidas nelas. Num momento onde o conhecimento da linguagem dessas cartografias era limitado apenas ao governo, as cartas eram de livre acesso, porém o conhecimento para lê-las era restrito. Não que fosse este um conhecimento extremamente complexo, mas sim ficando clara a intencionalidade do governo nem que a população não domine o conhecimento cartográfico. (LACOSTE, 1989).

Pode-se concluir ainda seguindo o pensamento de Lacoste (1989), que historicamente e exclusivamente a cartografia foi de posse do estado e instituições que monopolizam o seu uso de maneira estratégica para fins de dominação, controle social e legitimação do poder sob a população.

Harley (2016) acrescenta a essa compreensão sobre a produção e utilização da cartografia hegemônica, a seguinte ideia:

Os mapas foram uma invenção similar no controle do espaço; eles facilitaram a expressão geográfica dos sistemas sociais e são um meio de consolidar o poder do Estado. Como instrumentos de vigilância, eles se prestam ao mesmo tempo à coleta de informações pertinentes para o controle dos cidadãos pelo Estado e à vigilância direta de sua conduta. Nos tempos modernos, quanto mais a administração do Estado é complexa, mais suas ambições territoriais e sociais são ampliadas, e maior será sua demanda por mapas. (Harley, 2016, p.4).

Desta maneira a privar a sociedade de estar presente nos mapas de seus próprios espaços, muitas vezes tendo grupos sociais inteiros ocultados junto com suas formas de vida, formas de organização da ocupação do solo, expressões culturais e suas reivindicações invisibilizadas ficando literalmente “fora do mapa”.

A seguir será exibido, a nível de exemplo para ilustrar a compreensão da leitora ou leitor, um mapa que representa o Brasil no século XVIII evidenciando as posses de terra da Coroa da Espanha, intitulado e conhecido como “Mapa das Cortes”. O mapa foi a base para que fosse firmado o Tratado de Madrid⁹, constando em seu verso, de maneira a legitimar as definições territoriais que representa, as assinaturas dos ministros das coroas da Espanha e Portugal. (CINTRA, 2009).

Com sua datação marcada em 1749 o mapa não possui a informação do nome do autor, sendo uma prática comum da cartografia da época, porém estava designava a responsabilidade do governo de Portugal. Cintra (2009) conclui, através de análise quantitativa, principalmente sobre as distorções da realidade e suas localizações, que este mapa foi elaborado de maneira engenhosa com uma intencionalidade evidente. Segue o mapa:

⁹ O Tratado de Madrid foi um acordo firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de janeiro de 1750, para definir as fronteiras entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim às disputas territoriais. O objetivo do tratado era substituir o Tratado Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. Pelo tratado, ambas as partes reconheciam ter violado o Tratado de Tordesilhas na América e concordavam que, a partir de então, os limites deste tratado se sobreporiam aos limites anteriores. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites.

As próximas páginas são dedicadas a apresentação da cartografia social, trazendo o que dizem alguns autores e autoras sobre, e algumas experiências de mapeamentos sociais construídos no Brasil que foram utilizados como referências para a construção desta pesquisa.

Como já mencionado, a cartografia social emerge contrapondo a hegemonia¹⁰ da cartografia oficial propondo possibilidades e métodos para que grupos sociais se auto mapeiem, de maneira a representar suas especificidades e relações com o seu território, além de apresentar suas demandas e reivindicações. Georreferenciando¹¹ todas essas informações e contendo todos os aspectos técnicos necessários para que de fato seja um mapa, o mapa social se torna um documento cartográfico que representa o território a partir do olhar de quem o habita.

Surgindo como meio de afirmar direitos territoriais sob diferentes contextos, o mapa social é formado pelas formas do território que fazem parte do cotidiano dos que o habitam, como por exemplo: rios, lagos, cemitérios, igarapés, grotas, casas, mobilizações sociais, etc. De maneira que as comunidades representem o ambiente em que vivem ao seu modo. O feitiço do mapa social objetiva-se em somar na expressão e visibilidade do que determinado grupo social se interessa em evidenciar, propiciando a atuação de todos os pertencentes a localidade em que se pretende mapear. A presença de métodos participativos que ocorrem transferência de conhecimento científico e tecnologia, também é característica marcante desta ramificação da ciência cartográfica, pois busca dar voz e visibilidade a comunidades ou grupos sociais que decidem se auto mapear. A exemplo de grupos sociais no Brasil que realizam mapeamento social podemos citar: Mulheres quebradeiras de coco; Ribeirinhos; Homossexuais; Quilombolas; Indígenas; Faxinalenses; Artesãos; Extratores; Pescadores; Seringueiros; Castanheiros; Carvoeiros e etc. Sendo georreferenciadas todas as informações relevantes aos habitantes e mobilizações sociais postas em evidência. (ACSELRAD, 2008).

Almeida (2006) traz que cartografia social é, para além de um produto cartográfico, um processo que destaca as comunidades como protagonistas do mapeamento, onde elas o realizam de fato, sendo incumbidas aos pesquisadores e

¹⁰ Significa preponderância de alguma coisa sobre outra. Supremacia de um povo sobre outros povos, indica domínio e liderança.

¹¹ Tornar suas coordenadas geográficas conhecidas em um determinado sistema de referência.

pesquisadoras a função técnica de dar suporte e assistência ao longo do trabalho. Ao que resulta na conclusão do processo, após ser feita esta união de saberes, é ser permitido que os conflitos e ameaças as comunidades e seus territórios, assim como as suas identidades, estejam presentes no produto final a que se pretendeu chegar com o mapeamento.

A cartografia social se constitui na ramificação da ciência cartográfica, trabalha de maneira crítica e participativa, onde é demarcado e caracterizado o espaço territorial, geralmente em disputa, por interesses socioambientais, econômicos e culturais apresentando vínculos ancestrais e simbólicos. A participação efetiva da população envolvida é essencial na elaboração do mapa social, sendo necessariamente composta de métodos participativos de transferência de tecnologia e conhecimento científico. (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Adicionalmente Acselrad (2008) diz que os mapas sociais procuram incorporar a historicidade dos processos sociais, onde o espaço é representado não só pelos seus objetos geográficos, mas sim pela associação de conhecimento ao seu uso.

Como uma das principais experiências de CS no Brasil, o PNCSA se objetiva em subsidiar os processos de auto cartografia dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Apresentando o mapeamento social como um instrumento que pode ser utilizado pelos movimentos sociais presentes na localidade, para fortalecer suas identidades coletivas. Os materiais gerados pelo projeto são produzidos nos formatos de Artigos, Boletins, Cadernos, Catálogos, Exposições, Fascículos, Livros, Mapas situacionais e *Reports*. Assim sendo possível que a informação fique disponível livremente, tanto para os atores sociais e agentes que fazem parte do projeto, quanto para quem tiver interesse em acessar o conteúdo. (LIMA, 2018).

Desenvolvendo um extenso trabalho em várias regiões do país, sendo instrumento de visibilidade a diversos grupos sociais, o Projeto divulga em formatos de fascículos em seu site os mapeamentos finalizados. Segue, a nível de exemplo, alguns grupos que construíram mapas sociais com o PNCSA: (todos disponíveis no site do Projeto Nova Cartografia Social¹²)

¹² <http://novacartografiasocial.com.br/>

Artesãos: Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus

Carvoeiros: Carvoeiros de Rondon do Pará

Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central: A resistência das comunidades tradicionais de Campos Lindos em seus territórios: Serra do Centro e Mirante

Cultura e Resistência no Oeste do Pará - Arte na Cuia: Experiência Tradicional de Saber Fazer - Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém

Direitos e Identidades: Xukuru do Ororubá/PE

Extratores: Cipozeiros de Garuva - Floresta Atlântica SC

Faxinalenses: Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura – Associação Aprendizes da Sabedoria de Mediciniais e Agroecologia

Homossexuais: Homossexuais na Cidade de Belém

Indígenas: Indígenas na Cidade de Belém

Mapeamento Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Rio Tapajós: Território Indígena Mundukuru do Planalto Santareno

Mulheres quebradeiras de coco: Nova Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica da Região do Babaçu

Pescadores: Pescadores e pescadoras artesanais de Santarém - Remanescentes do Cabeço - Foz do São Francisco

Povos e Comunidades Tradicionais de São Paulo: Comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruíbe - União dos Moradores da Jureia

Quilombolas: Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão - Paraná

Ribeirinhos: Ribeirinhos e Quilombolas - Ex-moradores do Parque Nacional do Jaú - Novo Airão AM

Um exemplo de mapeamento social, que tem maior relação com essa dissertação e o qual o autor se referenciou bastante, é o fascículo nº 16 da Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, intitulado “Pescadores Artesanais da Vila de Superagui – Guaraqueçaba, Paraná”. Este mapeamento foi realizado no litoral do Paraná em conjunto com os habitantes da Ilha do Superagui e o MOPEAR, resultando em um documento que consta o mapa social e diversas informações sobre a pesca artesanal da localidade, sua autoafirmação, seus conflitos, expressões culturais e reivindicações. O mapa será apresentado a seguir:

1.5 DISCURSO MANIFESTO NA CARTOGRAFIA

De modo a encerrar a fundamentação teórica dessa dissertação, o presente subcapítulo se preocupa em apresentar um diálogo sobre o discurso que o mapa traz, levando em consideração os conceitos que foram descritos até agora e com especial atenção ao que dizem/discursam as cartografias.

Ao passo de que a oficial carrega um discurso, a social pode contrapô-la ou simplesmente revelar uma outra composição do espaço que estava oculta, justamente pelo motivo de estar sobreposta pelos mapas feitos a partir da cartografia produzida de maneira hegemônica. O que acarreta, não ingenuamente ou sem intenção, em uma disputa cartográfica, ou ainda no que Almeida (1994) vai tratar sobre indicações de conflitos territoriais a partir de superposições de domínio e sobreposições de território, em seu livro “Carajás: Guerra dos Mapas”.

O diálogo sobre o discurso que o mapa manifesta, apresentado nas próximas páginas, se apoia no que Foucault (1970) diz sobre a ordem do discurso, Santos (1988) sobre cartografia simbólica das representações sociais, Harley (2009) sobre mapa e poder, e em Chaves (2011) que compreendeu o conceito de Foucault e o relacionou de maneira admirável com mapa, o concebendo como algo que indissociavelmente conduz discurso.

Sendo o mapa um instrumento que compõe a representação do espaço geográfico, possui uma intencionalidade manifesta em suas informações cartográficas, parte da realidade é revelada enquanto outra parte é automaticamente ocultada. De maneira opressora pelos órgãos e instituições que realizam mapeamento de maneira hegemônica¹³, apresentam um intuito de expor uma verdade para uma finalidade definida, estabelecendo fronteiras de domínio e poder. Causando invisibilidade a outra parte da realidade do espaço que não teve chance de estar presente no mapeamento, sendo tida como a única verdade. (CHAVES, 2011).

¹³ "A hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (...). A hegemonia não é força coerciva. Ela é plena de contradição e sujeita ao conflito". (CARNOY, 1988, p.95).

Adicionalmente Harley (2016) apresenta uma ideia que reafirma o que foi dito nos parágrafos anteriores, de modo a expressar a maneira que os mapas apresentavam/apresentam discursos e como são tidos com verdades absolutas, descrevendo como esse poder é presente nas cartografias, e o quão necessário é considerar seus contextos históricos/políticos para se compreender a intenção de seu discurso:

A história dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, linguísticos, numéricos e temporais, e como uma forma de saber espacial. Não é difícil proceder generalizações sobre o papel mediados dos mapas no pensamento ou na ação política e de reter seus efeitos em termos de poder. Tanto por meio de seu conteúdo como de seus modos de representação, a confecção e utilização dos mapas foi invadida pela ideologia. Mas estes mecanismos só podem ser compreendidos em situações históricas particulares. As conclusões gerais que seguem devem ser tomadas como ideias preliminares antes de uma pesquisa mais ampla. (Harley, 2016, p.19).

Ao se considerar um mapa e seu discurso como verdade absoluta, faz-se ligação com a descrição de Foucault (1970) sobre que as verdades são apoiadas em um conjunto de instituições que exercem pressões, e ao mesmo tempo desempenham uma parcela de violência. Violência¹⁴ aplicada ao ocultar e tratar como não verdadeiro ou uma inverdade o que foi silenciado, no caso dos mapeamentos invisibilizados.

A partir da ideia de verdadeiro e falso, que Foucault (1970) compreende como o que já foi posto em discurso e como o que foi ocultado, é possível pensar os mapas como um documento que quer comunicar algo, que traz uma mensagem, como um discurso posto, através de verdades que são estabelecidas e informadas. Entende-se e se é aceito como verdade o enunciado, proferido em cima do que nunca foi mencionado, este podendo ser ocultado intencionalmente, tornando o não-mencionado em uma manifestação da verdade excluída, compreendido como uma não-verdade.

¹⁴ Definida pela OMS como "o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal desenvolvimento ou privação".

O autor expõe da seguinte forma o que é necessário atentar-se em pronunciamentos de discursos: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, final, está o perigo?”. (FOUCAULT, 1970, P.08). Este questionamento consiste em:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 1970, P.10).

Ao relacionar este conceito com os mapas, os considerando como documentos que comunicam algo, que seus discursos e suas intencionalidades proferem alguma informação ao mesmo passo que negam e ocultam outras, pode-se dizer que há um discurso presente nos mapas e que as cartografias estão interessadas em se posicionar a favor de algo ou de alguém.

Os mapas oficiais, comumente elaborados pela cartografia hegemônica, representam o território e suas especificidades para domínio do saber sobre o espaço geográfico, e frequentemente uma representação dos usos sociais não é considerada, assim ocultando uma parte do real que existe no espaço. Havendo então uma negação do que foi ocultado, invisibilizado, tornando uma não-verdade o que não está presente no mapeamento. (CHAVES, 2011, p.27).

Para ilustrar a compreensão da leitora ou leitor, será apresentado um mapa do litoral brasileiro com a demarcação das capitânicas hereditárias. Com sua datação aproximada em 1574, o mapa tem o registro de autoria em nome do cartógrafo português Luís Teixeira. Apresentando a América Lusitana¹⁵ o mapa baseia-se no que foi o Tratado de Tordesilhas¹⁶. Embora haja distorções dos limites territoriais, o mapa indica as demarcações de terra tratadas entre Portugal e Espanha.

¹⁵ Se refere às partes do continente americano que foram colonizadas pelos Portugueses.

¹⁶ Foi um tratado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas da Europa em junho de 1494.

Sobre o modo que os mapas devem ser feitos Santos (1988) traz uma importante observação para este subcapítulo da seguinte forma:

Os mapas devem ser fáceis de usar. Daqui resulta uma permanente tensão entre representação e orientação. Trata-se de duas exigências contraditórias e os mapas são sempre compromissos entre elas. (SANTOS, 1988, p.143).

Os mapas precisam distorcer a realidade do espaço para serem práticos, pois se representassem ponto a ponto do que se pretende mapear, seria inviável a sua utilização. Segundo o autor a realidade é distorcida a partir da escala definida, projeção e simbolização. Porém isso não implica em uma distorção automática da verdade. (SANTOS, 1988).

Harley (2009) traz constatação que dialoga sobre a questão de posicionamento político dos mapas sobre o poder de cartografar e o que ele implica:

O modo como os mapas vieram a fazer parte de um sistema de signos políticos foi guiado pela sua criação pelas elites ou grupos de indivíduos poderosos, favorecendo um discurso desigual. As flechas ideológicas foram atiradas num só sentido, no seio da sociedade, os poderosos em direção aos fracos. Diferentemente da literatura, da arte ou da música, a história social dos mapas não parece comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos. (HARLEY, 2009, p.20).

Foucault (1970) trouxe a ideia que discursos revelam uma verdade e ocultam outra. Neste mesmo sentido os mapas, sendo estes documentos que comunicam algo, e com o teor do conteúdo do que está presente nos mapas, busca-se revelar outras verdades que até então estavam invisíveis. Através das cartografias, e apoiando-se no conceito apresentado neste subcapítulo, esta pesquisa se preocupa em proferir um discurso que até então permanecia ausente nos mapas feitos pela cartografia oficial.

Harley (2009) aponta que os mapas devem ser lidos através de três concepções, respectivamente: o contexto político em que estão inseridos, a forma como é utilizado no exercício do poder e a simbologia que seus elementos (informações presentes nas legendas e itens do mapa) trazem. Podendo se compreender que suas imagens carregam juízo de valor e deixam de ser vistos como levantamentos, ou representações passivas do mundo. Os mapas são imagens que dialogam no mundo construído socialmente, por isso a relevância de serem lidos pela concepção/perspectiva do contexto político atual que ele foi

elaborado, resultando em um entendimento do que é ocultado na construção de determinado mapa, como por exemplo: os atributos sociais, culturais, econômicos e religiosos que ocorrem/ocorriam no momento do mapeamento.

Como já mencionado nesse texto, o saber cartográfico historicamente sempre esteve relacionado ou se concentrou às elites, assim devendo-se observar seu contexto de maneira cautelosa, pois como sendo uma ferramenta de poder ao representar uma porção territorial no papel, é possível que seja ocultada/apagada o que é visto como interferência do que se quer representar (dominar). Nisto deve atentar-se pois a presença de populações inteiras foi ocultada durante a divisão política de terras por colonizadores na África. (HARLEY,2009).

Complementarmente o mesmo autor faz uma descrição da importância e forma que os mapas são concebidos na sociedade:

Completando os traçados mais antigos, o mapa serve como inventário geográfico, de codificação da informação sobre a propriedade, as meações, os valores de locação, as práticas de cultura e os potenciais agrícolas, inventário que permite aos proprietários capitalistas ver o conjunto de suas posses e melhor controlá-las. Ver, era acreditar nas hierarquias territoriais expressas nos mapas, seja na história geral da agricultura, na instalação de barragens, na drenagem de banhados e pântanos, na recuperação de colinas e prados. O geômetra anda frequentemente ao lado do proprietário para difundir uma concepção capitalista da agricultura. Os mapas invadem de maneira invisível a vida cotidiana. Assim como o relógio, símbolo gráfico da autoridade política central, introduziu a “disciplina do tempo” nos ritmos dos trabalhadores da indústria, as linhas dos mapas, ditando a nova topografia rural introduziram uma “disciplina do espaço”. (HARLEY, 2009, p. 8).

Desta maneira compreende-se o valor cultural e político que os mapas representam e o quão foram/são compreendidos como verdades incontestáveis, e a maneira que são utilizados para a garantia de territórios demarcando fronteiras e estabelecendo a localização dos usos e ocupações do solo.

CAPÍTULO 2 – MATERIAIS E MÉTODOS: A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Este capítulo tem como objetivo descrever os métodos empregados para o desenvolvimento da pesquisa, bem como apresentar a área de estudo contextualizada no ambiente natural e político em que ela se insere. Dividindo-se em três fases para atingir os objetivos deste trabalho, a metodologia seguiu de maneira flexível para se adaptar as demandas que surgirem ao decorrer do estudo.

Uma certa proximidade da compreensão da realidade a qual se interessa saber, pode ser alcançada através da pesquisa. Sendo ela um processo contínuo que não tem um fim necessariamente, revelando proximidades do que é de fato a realidade, podendo ser construídas bases para realizar-se uma interferência no real. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

É possível compreender metodologia como a trajetória por onde o raciocínio e a práxis percorreram, com o objetivo de compreender a realidade. Metodologia é uma soma de técnicas que possibilitam o levantamento da realidade, integrando também o pensamento teórico sobre a abordagem tomada desse agrupamento de técnicas. De a pesquisa se inicia a partir de perguntas, problemas ou questões fundamentadas em um conhecimento precedente. E para que sejam respondidas essas novas perguntas a construção de novos referenciais se tornam necessários. (MINAYO, 2001).

A primeira fase foi a do âmbito teórico, a da exploração de literatura sobre os temas que a pesquisa se preocupou. Neste momento o autor teve acesso a bibliografias indicadas pelo programa (PPGDTS), e também leituras externas indicadas por outros professores e que foram descobertas nos caminhos da leitura.

O processo de leitura não permaneceu imutável desde a elaboração do projeto. A princípio foram selecionados autores para trabalhar os conceitos que foram definidos, porém a pesquisa tomou outros caminhos desde a estruturação do projeto à qualificação¹⁷.

A seguir serão apresentados dois quadros contendo as matrizes teóricas e metodológicas da pesquisa, relacionando os objetivos do trabalho com os métodos utilizados para a obtenção dos resultados e os autores e autoras que são referências da pesquisa:

¹⁷ Momento do curso de mestrado em que a pesquisa é apresentada a uma banca avaliadora.

Quadro 1 – Matriz Teórica da Pesquisa

Campo Teórico	Objetivos	Instrumentos de Coleta de Dados	Dados
Território e Paisagem	Definições de Território e Paisagem	Revisão de Literatura/Pesquisa Bibliográfica	Brasil (2007); Haesbaert (2007); Little (1994); Saquet (2009); Santos (2009); Raffestin, (1993)
Espaço Habitado	Definições de Espaço	Revisão de Literatura/Pesquisa Bibliográfica	Blay (1979) Little (2002) Raffestin (1993) Santos (2012); Santos (2004); Saquet (2009)
Direito a Cidade e Planejamento Urbano	Definições de Direito a Cidade e Planejamento Urbano	Revisão de Literatura/Pesquisa Bibliográfica	Brasil (1988); Harvey (2014); Junior et. al. (2017); Lefebvre (2001); Rolnik (2015); Souza (2003).
Cartografias: Oficial e Social	Definições de Cartografia Oficial e Social	Revisão de Literatura/ Pesquisa Bibliográfica	Almeida (2006); Acelrad (2008); Gorayeb & Meireles (2014); Harley (2009); Lacoste (1989); Lima (2018)
Discurso Manifesto na Cartografia	Definições e relações entre Discurso e Mapa	Revisão de Literatura/ Pesquisa Bibliográfica	Almeida (1994); Chaves (2011); Foucault (1970); Harley (2009); Santos (1988)

Através de pesquisa bibliográfica foi construído o referencial teórico e escolhidos os métodos a serem utilizados baseando-se em trabalhos anteriores que se assemelham com o que está sendo apresentado neste documento. Neste momento também foi utilizado o método pesquisa documental onde foi possível ter acesso a documentos oficiais, de posse dos moradores, que apresentam informações sobre a comunidade de Barrancos.

A segunda fase foi a fase de campo, realizando a construção e coleta de dados primários, onde o autor utilizou os seguintes métodos: Caderno de campo; Grupo focal; e Mapeamento Social. Que serão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Matriz Metodológica da Pesquisa

Objetivos Específicos da Pesquisa	Métodos	Dados
1 – Realizar a construção de dois mapas em momentos históricos distintos, contendo informações que é própria aos atores sociais, e que represente o momento histórico dos que vivem na comunidade referida a partir das suas perspectivas.	Sistema Participativo de Informação Geográfica Caderno de Campo Grupo Focal	Ippur/ufrj (2013) Magnani (1997) Perosa & Pedro (2009) Ashidamini & Saupe (2004) Kind (2004)
2 – Estudar e discutir o planejamento urbano e direito a cidade considerando as informações apresentadas nas cartografias do espaço habitado.	Pesquisa Bibliográfica/Revisão de Literatura Pesquisa Documental	Minayo (1994) Sá-silva et. Al (2009)

A proposta da pesquisa foi apresentada aos habitantes na medida em que era feito o contato com a comunidade, aos poucos. Não foi realizada uma reunião geral para a apresentação do que o autor estava disposto a realizar, por motivos de logística e de falta de disponibilidade dos pescadores. E conhecendo o perfil da comunidade, a abordagem através de reuniões que estabelecem situações onde uma pessoa fica a frente falando enquanto os demais ouvem de maneira passiva, não contemplava o que o autor buscava no momento em que se dedicou a apresentar a proposta a comunidade. O tema foi apresentado conforme discorriam os diálogos com os moradores e moradoras, o autor apresentava o conceito de mapas sociais de maneira detalhada, e observava se havia interesse em participar do processo ou se havia o desejo de que fosse realizado o mapeamento da comunidade. Desta maneira o grupo focal ia se moldando, e o que foi percebido como principal motivação dos pescadores em participar foi o fato do registro visual que o mapa proporciona, tanto da história quanto da atualidade de Barrancos.

Neste momento será apresentado um quadro que traz de maneira detalhada como se desenvolveu toda a fase da pesquisa de campo, desde a coleta de informações preliminares até a etapa de georreferenciamento e confecção dos mapas sociais.

Quadro 3 – Trabalhos de campo

Data	Local	Tipo
02/08/2017	Câmara dos Vereadores	Reunião
29/10/2018	Câmara dos Vereadores	Reunião
14/11/2018	Barrancos	Vivência
28/03/2019	Barrancos	Vivência
29/03/2019	Barrancos	Vivência
11/04/2019	Barrancos	Vivência
16/05/2019	Barrancos	Vivência
17/05/2019	Barrancos	Vivência
18/05/2019	Barrancos	Vivência

19/05/2019	Barrancos	Vivência
20/05/2019	Barrancos	Vivência
22/05/2019	Barrancos	Vivência
23/05/2019	Secretaria da Educação	Reunião
28/05/2019	Barrancos	Oficina de Mapeamento
30/05/2019	Barrancos	Oficina de Mapeamento
31/05/2019	Barrancos	Oficina de Mapeamento
07/06/2019	Barrancos	Oficina de Mapeamento

Organizado por João Portes, 2019.

O que está sendo chamado de “Vivência” na coluna “Tipo” do quadro acima, refere-se a visitas na comunidade onde o autor passava um tempo com os moradores e moradoras conversando sobre coisas comuns ao cotidiano da comunidade, na intenção de aguçar o olhar e entendimento para compreender melhor o lugar de fala das pessoas que vivem em Barrancos e absorver as informações que elas apresentavam. Nesses momentos o autor também apresentava a proposta do mapeamento e como poderia se desenvolver a metodologia de acordo com a viabilidade e buscando a maneira mais direta possível de se construir o mapa democraticamente.

Já o que está sendo chamado de “Reunião” também na coluna “Tipo, refere-se a conversas que havia um teor um pouco mais formal pelos espaços em que eram realizadas, sendo eles a Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná e Secretaria de Educação, onde o autor teve conversas com a vereadora do município (neta do pescador mais antigo de Barrancos). Conversas estas que guiaram o processo de mapeamento e surgiram informações para serem contidas nos mapas.

As Oficinas de Mapeamento ocorreram de maneira “isoladas”, com distintos pescadores em momentos diferentes após terem sido feitas algumas tentativas de se realizar em grupo. Sendo descrita com detalhamento no item 2.6 a seguir.

2.1 O LITORAL DO PARANÁ

Localizando-se na região Sul do Brasil, o litoral do Paraná se constitui por 7 municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá. A região é formada pela bacia litorânea, compreendendo duas grandes sub-bacias hidrográficas sendo elas a de Paranaguá possuindo uma extensão próxima a 3.882km², e a de Guaratuba que por sua vez abrange uma extensão com cerca de 1.393 km². (PONTAL DO PARANÁ, 2004).

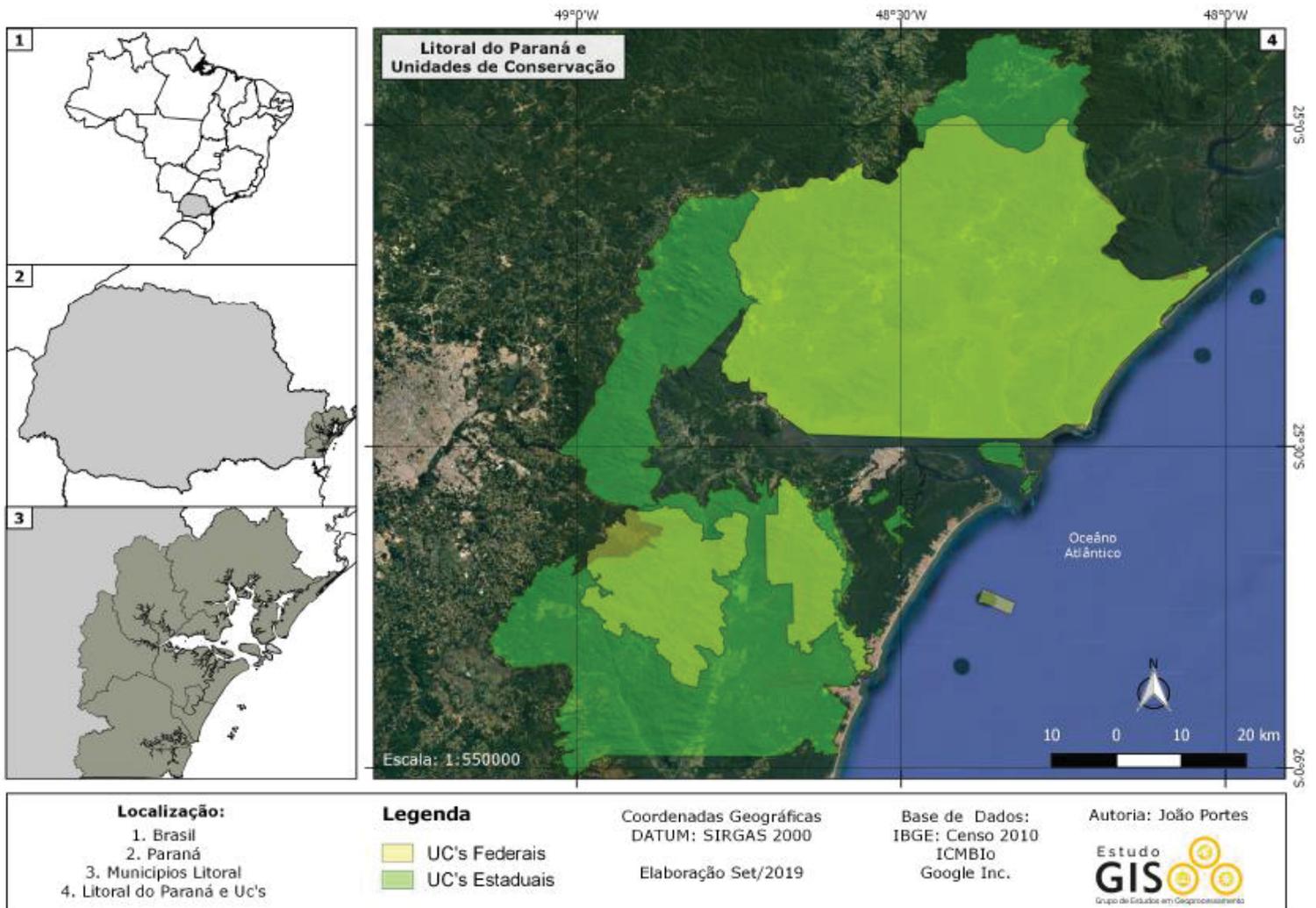
Situando-se no bioma Mata Atlântica, e abrigo grande parte de floresta, o litoral do Paraná recebe uma descrição de relevante importância ao que Tiepolo traz:

Estas paisagens representam os últimos remanescentes contínuos de floresta atlântica costeira do Brasil e ainda encontram-se relativamente bem conservados graças às características geomorfológicas regionais, aos processos históricos de ocupação do litoral e à presença de Unidades de Conservação. Figuram também entre os principais hotspots de biodiversidade do planeta e abrangem o Mosaico de Áreas Protegidas do Lagamar. (TIEPOLO, 2015, p. 97).

Cunha (2018) diz que o ordenamento territorial do litoral se apoia em 3 diplomas normativos, sendo eles: a Lei estadual 12243/1998 que considera áreas especiais de interesse turístico nos sete municípios do litoral; O decreto estadual 2722/1984 que aprova o regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico; e o Decreto estadual 5040/1989 que define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. Também é necessário mencionar o SNUC, que rege as unidades de conservação presentes no litoral de maneira a ter o seu território ordenado também por essa legislação, visto que cerca de 82% do território do litoral está demarcado por unidades de conservação ambiental, nas esferas federal, estadual e municipal.

Criado em 1984 através do decreto e lei estadual 4605/1984, o COLIT se apresenta como um órgão ligado a Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e refere-se ao ordenamento territorial do litoral, tendo a responsabilidade de fiscalizar e implementar a lei 7389/80, que corresponde a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo no litoral, e seus regulamentos. (CUNHA 2018).

Mapa 4 – Litoral do Paraná e Unidades de Conservação



Mapa 3 – Litoral do Paraná e Unidades de Conservação. Fonte: O autor, 2019.

Somando a extensão das baías de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba e Paranaguá, resulta em cerca de 4000 km de linha de costa no estuário e possui 90km de costa externa banhada pelo oceano atlântico, o litoral do Paraná é considerado o terceiro maior criadouro de animais aquáticos marinhos do mundo. Sua frente marítima recebe influência da corrente das Malvinas trazendo alto volume de recursos pesqueiros. A pesca é restrita a métodos tradicionais por pescadores artesanais que utilizam embarcações que possuem baixa autonomia e capacidade de estoque, sendo todas de pequeno porte. Por volta de 5.500 pescadores, envolvem cerca de 23.000 pessoas que trabalham indiretamente com a pesca atuantes em 6 municípios, distribuídas em 198 comunidades como famílias compostas por uma média de 4,3 pessoas, e a renda não passa de dois salários

mínimos mensais. Mais de 50% das residências estão alocadas dentro da área da SPU. (EMATER, 2019).

2.2 A COMUNIDADE DE BARRANCOS

A comunidade de Barrancos se localiza na orla marítima da cidade de Pontal do Paraná, entre os balneários Atami e Shangri-lá, e é constituída por aproximadamente 100 famílias. Sendo observadas fortes relações de economia familiar entre a atividade de pesca, onde cerca de 15 pescadores realizam atividade de pesca marítima. Não apresentando aspectos de enfraquecimento ou declínio, a pesca permanece sendo a principal fonte de renda da vila. A comunidade tem a sua rua de entrada feita em asfalto e a maior parte das casas são de alvenaria. Somando aproximadamente 50 habitações, estas não possuem muros delimitando seus lotes, e todas elas ligadas a rede elétrica e são abastecidas por água da rede pública. (MARTINS, 2017). O município de Pontal do Paraná se localiza nas coordenadas geográficas 25 ° 40 ' 25 " S e 48, possui uma população estimada em 24.352 mil habitantes e sua densidade demográfica representa 117,81 habitantes por km².

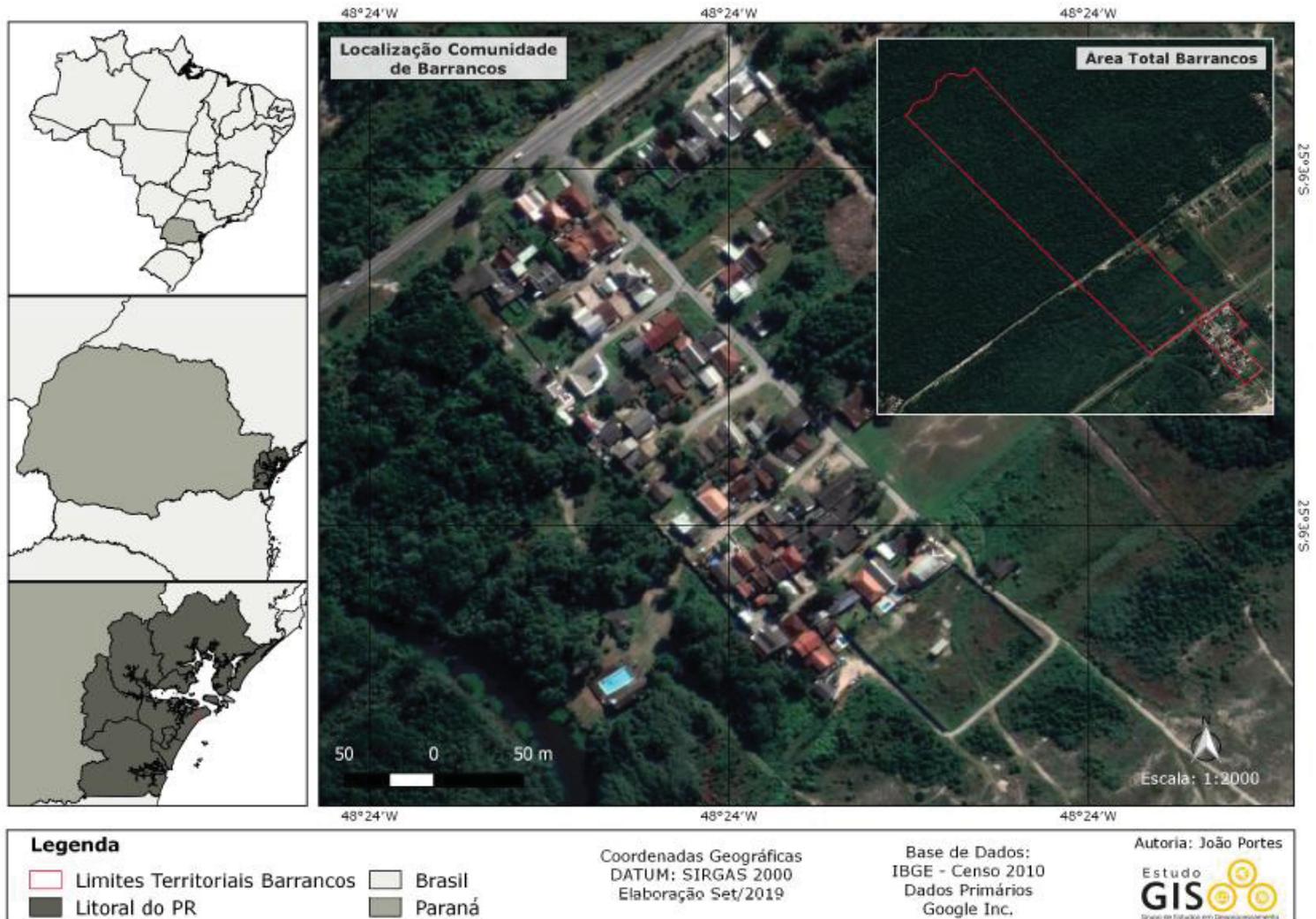
Atualmente oito embarcações são utilizadas pelos pescadores de Barrancos, todas construídas com resina de poliéster e fibra de vidro. Cerca de sete canoas atuam frequentemente tripuladas por um a três pescadores. O conhecimento tradicional sobre as áreas de pesca é passado de geração em geração através da oralidade e mudam de acordo com o deslocamento das espécies alvo. Como mais relevantes dentre as espécies capturadas estão: Camarão branco; Pescadas; Robalo; Tainha; Camarão sete barbas; Camarão pistola; Cavala; e Peixe-porco. (PORTES & QUADROS, 2016).

Dentre os tipos de pescarias praticadas na comunidade, pode se observar as mais antigas mencionadas por Nogueira (2017) como as de Fundeio e Arrasto de portas. As mais recentes são observadas as seguintes artes de pesca: Rede Alta; Caceio e Caceio/Redondo Caracol. Lanço de Praia, Espinhel e Tarrafa são pescarias que já foram realizadas na comunidade, mas que atualmente não são utilizadas. No início a atividade de pesca era exercida de maneira pontual e não era comercializada, servia de base alimentar, e prática comum ou a única, era a pesca

de Lanço de Praia, realizada ao fim da tarde com uma rede de aproximadamente 100 metros de comprimento. (NOGUES, 2017).

A seguir será apresentado o mapa de localização da comunidade que se baseou no mapeamento oficial para representar os seus limites territoriais atuais:

Mapa 5 – Localização comunidade de Barrancos



Mapa 5 – Localização comunidade de Barrancos. Fonte: O autor, 2019.

Localizando-se sob as coordenadas geográficas 25°36'19.5"S e 48°23'58.1"W, a comunidade de Barrancos tem o seu território garantido de maneira estável, pelo motivo de possuir uma escritura advinda do um processo de usucapião (tema no item 3.2), diferente da maioria das comunidades pesqueiras do litoral. Porém ela está presente no zoneamento do plano diretor municipal em uma área

determinada como ZEIS, onde é possível detectar um planejamento urbano que o estado tem para esta região (tema tratado no item 3.6).

Todos os pescadores se afirmam como artesanais ou de pequena escala, sendo bem presente a cultura da pesca na comunidade. (NOGUES, 2017).

2.3 PESQUISA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA

A maior parte do tempo o trabalho foi orientado pela pesquisa bibliográfica, visto que mudou o foco e teve sua fundamentação teórica e metodologia modificadas até pouco tempo antes da dissertação ser concluída. Foi feita uma busca por artigos científicos, livros, dissertações e teses que abordavam os conceitos trabalhados até aqui, e também se realizou essa busca sobre trabalhos que traziam informações sobre a comunidade de Barrancos. Chamada também de pesquisa de gabinete, a pesquisa bibliográfica percorreu caminhos meândricos até que tenha sido escolhida definitivamente a fundamentação teórica, onde ao chegar em determinado ponto de seu desenvolvimento alguns conceitos já não mais faziam sentido ao trabalho enquanto outros apareceram como necessários a apoiarem o estudo. O mesmo ocorreu com a metodologia, quando em um momento a pesquisa se encontrava acumulada de métodos que não mais atendiam os objetivos da pesquisa, pois estes já eram outros.

Pesquisa documental é compreendida como próxima a bibliográfica, tendo como diferencial a essência de suas fontes, a matriz de onde se extrai os dados. Estes podendo estar presentes em documentos históricos, mapas, escrituras, croquis, relatórios, e etc. A pesquisa documental explora dados primários que ainda não receberam tratamento analítico, encontrados em sua forma original. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A presente pesquisa utilizou este método principalmente para compreender como se desdobrou o processo de regularização fundiária de Barrancos, tendo acesso ao processo de Uso Capião¹⁸ e a escritura. O trabalho também recorreu a pesquisa documental para delimitar as fronteiras territoriais da comunidade, tendo

¹⁸ Art. 183 Constituição Federal de 1988: Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

acesso ao mapa oficial anexado ao processo jurídico que resultou na obtenção da escritura a Barrancos.

2.4 CADERNO DE CAMPO

Este instrumento foi utilizado durante toda a fase de campo desta pesquisa, considerando que a relação entre a comunidade e o autor se inicia em um tempo anterior ao período que este trabalho se desenvolveu. Foram resgatadas informações registradas em cadernos de campos com datações deste o ano de 2013. Anotações sobre: Condições climáticas, diálogos com pescadores, artes de pesca utilizadas, peixes, feitiço de redes, reparo de canoas, saberes tradicionais sobre o tempo, sobre as migrações e capturas dos recursos pesqueiros, histórias, lendas, situações de conflito, formas de comercialização do pescado e etc. De maneira a ser retirada, com este método de campo, boa parte das informações presentes nos mapas sociais que serão apresentados como resultados dessa pesquisa.

Caderno de Campo é descrito por Magnani (1997) como uma ferramenta fundamental que deve acompanhar o etnógrafo, que é utilizado como um banco de dados para serem armazenados registros de teorias, mapas, esboços, observações e entrevistas. Importante instrumento da pesquisa etnográfica utilizado pelo antropólogo Bronisław Malinowski em seu clássico trabalho, dentro da etnografia, intitulado “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”¹⁹.

O instrumento apresentado, não só guiou o autor na fase de campo dentro da comunidade de Barrancos, como também em conversas com atores sociais que compõem o grupo focal da pesquisa presentes em outras localidades. Como o gabinete da Vereadora de Pontal do Paraná na Câmara dos Vereadores, Secretaria de Educação de Pontal do Paraná, reuniões com pescadores²⁰, audiências públicas sobre a instalação do porto no município e no momento da defesa da dissertação de um ex-discente²¹ do PPGDTS.

¹⁹ MALINOWSKI, B. - Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Ed. Abril, 1978.

²⁰ Em espaços dedicados a atividades oriundas do Programa REBIMAR.

²¹ Nogueira (2017).

2.5 GRUPO FOCAL

Conforme mencionado no início deste capítulo, a proposta da pesquisa foi sendo apresentada de maneira pulverizada suavemente entre os moradores e moradoras da comunidade, na intenção de não gerar tanto impacto quando uma reunião poderia gerar, numa situação do autor ficar falando e os demais presentes ouvindo de maneira passiva. Foi adotada uma abordagem menos invasiva que se baseou na aproximação por afinidade e diálogo, sendo apresentada a proposta e explicada de maneira detalhada qual o propósito enfim do mapeamento social. Assim o grupo focal se moldou, ocorrendo alterações em sua formação onde alguns membros do grupo participaram uma única vez enquanto outros participaram do processo todo.

Perosa & Pedro (2009) descrevem grupo focal como um método de coleta de dados realizado através de uma conversa em grupo onde os participantes descrevem suas experiências e compreensões ao que se tem em evidencia como tema. Ashidamini & Saupe (2004) diz que o grupo focal realiza a interação entre os que compõem o grupo e pesquisador apoiando-se em tópicos, temas de maneira a direcionar o diálogo para que se que as informações necessárias sejam relatadas. Desta maneira o pesquisador tem a oportunidade de receber diferentes pontos de vistas e informações simultaneamente e ainda é possível observar como os integrantes interagem em grupo. Objetivando-se em obter sentimentos, insights, dados, opiniões e experiências diversas, o grupo focal possibilita um espaço propício de interação para que essas informações sejam reveladas. (KIND, 2004).

2.6 MAPEAMENTO SOCIAL: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram utilizados métodos do Sistema Participativo de Informações Geográficas (SPIG) descritos no “Guia para Experiências de Mapeamento Comunitário” elaborado pelo ETTERN/IPPUR/UFRJ em 2013. As variedades de ferramentas e métodos de organização de informações geoespaciais, sendo elas mapas esquemáticos, fotografias aéreas ou imagens de satélites, dados de GPS, e modelagem participativa 3D, entre outros, combinam a prática do SPIG. Com o objetivo de representar o conhecimento territorial da população envolvida, na forma de mapas virtuais ou físicos. (IPPUR/UFRJ, 2013).

Para a confecção dos mapas, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento onde “[...] geoprocessamento envolve um conjunto de técnicas que utiliza elementos da cartografia, sensoriamento remoto, GPS (Global Positioning System) e programas computacionais de SIG (Sistemas de Informações Geográficas)”. (BOSSLE 2015, p. 29).

Os dados de campo foram coletados através da elaboração de croquis e aparelho de GPS Garmin Etrex 20, onde o processo de coleta de dados foi o tempo todo guiado pelos pescadores e pescadoras de Barrancos. O descarregamento dos dados foi feito no notebook de uso pessoal do autor (Dell core i5, Windows 10) e tratados nos softwares livres Qgis 2.18.28²² e BaseCamp 4.7²³. A fase de tratamento gráfico e diagramação dos mapas foi realizada com o software Photoshop CC²⁴.

Os métodos de mapeamentos realizados na comunidade foram adaptados às especificidades dos moradores e moradoras, e aplicados com flexibilidade de maneira a acompanhar a dinâmica de compreensão e apropriação do que de fato estava sendo feito. Processo delicado que exigiu sensibilidade e criatividade do autor ao se deparar com situações diferentes ao que está presente nos conteúdos que se referem a métodos de mapeamentos participativos disponíveis.

Normalmente os mapas sociais são construídos com o apoio de equipe técnica formada por um grupo de profissionais de áreas da geografia e geotecnologias. É realizada uma divisão de tarefas e cumprido um cronograma de atividades, que abrangem oficinas de mapeamento com os atores sociais ocorrendo

²² Software livre de código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

²³ Exibe dados do mapa topográfico em 2D ou 3D na tela do computador, incluindo linhas de contorno e perfis de elevação, permite o tratamento prévio de dados descarregados do GPS.

²⁴ Editor de imagens bidimensionais do tipo raster desenvolvido pela Adobe Systems.

transferência de conhecimento sobre: tecnologia da informação, imagens de satélite, noções de cartografia, domínio do software de mapeamento, e etc. Outra parte da equipe é responsável pelo processamento e compilamento das informações obtidas em campo. (IPPUR/UFRJ, 2013).

Esta dissertação não contou com nenhum apoio durante a realização do mapeamento, tanto em logística quanto em assessoria técnica em campo, de maneira a concentrar todas as atividades nas mãos do autor e dos atores sociais envolvidos no mapeamento. O qual foi realizado de uma maneira mais “gelada” do que se pretendia. Gelada no sentido de não ter havido tanta transferência de conhecimento técnico a ponto, por exemplo, de os habitantes dominarem a tecnologia do software de mapeamento, ou a ponto de estarem aptos a realizarem downloads de dados da internet e trabalharem com imagens de satélite. O conceito de mapeamento social foi transferido por meio do diálogo e nos momentos que ocorreram as oficinas. Cabe mencionar que os pescadores dominam o uso do GPS²⁵ e possuem certa aptidão prévia na compreensão das tecnologias da informação. Porém não houve tempo hábil e nem condições de infraestrutura para que oficinas de maiores cunhos didáticos e de transferência de conhecimento tecnológico ocorressem.

As oficinas de mapeamento funcionaram da seguinte forma: Inicialmente foi foram identificadas as pessoas que estavam dispostas a participar da pesquisa e em seguida foi feita a construção do grupo focal, e diálogo com um pescador e pescadora de cada vez sobre a pesquisa e sobre os mapas sociais. Depois foi realizada uma tentativa de trabalhar com croquis do território e impressões coloridas de imagens de satélite da comunidade. A ideia era que os moradores e moradoras desenhassem as informações que tinham interesse em representar. Porém não funcionou da maneira esperada, mas foi de grande auxílio para a compreensão dos habitantes do que seria de fato o processo de mapeamento, tendo algo físico nas mãos, e também o “olhar de pássaro”, ver a comunidade de cima a partir das imagens de satélites despertou a curiosidade para análises espaciais partindo dos moradores e moradoras.

²⁵ No ano de 2015 o autor participou de um curso de GPS oferecido a pescadores profissionais do litoral do PR como atividade do programa REBIMAR, onde os pescadores de Barrancos realizaram o curso.

Após a fase de compreensão e definição em conjunto dos métodos de mapeamento, foi decidido caminhar pela comunidade com um GPS e caderno de campo nas mãos. Georreferenciando cada ponto que os habitantes tinham interesse em representar e anotando as informações a partir de 3 *inputs*²⁶ em uma tabela: Significado, Descrição e Observações. De maneira a captar detalhadamente o que representava aquela informação indicada pelos pescadores e pescadoras. Ao final do dia o autor descarregava os dados no computador dando entrada no software BaseCamp 4.7 onde ocorria o tratamento prévio dos dados coletados pelo GPS. Em seguida os pontos, com todos os dados coletados em campo, eram adicionados no software Qgis 2.18.28, construindo uma base de dados georreferenciadas. A partir da coleta e tratamento dos dados, a tarefa de confecção dos mapas se concentrava nas mãos do autor sendo tiradas dúvidas e acatadas sugestões da comunidade na medida em que a construção do mapa ia evoluindo.

Após a conclusão do mapa, foi exportado documento no formato PDF e adicionado no software Photoshop CC onde recebeu tratamento gráfico e diagramação mais aprimorada.

As informações sobre o “Mapa da Memória” foram coletadas a partir de observação de imagens de satélites (no notebook do autor) direcionada pelo pescador mais antigo da comunidade. O pescador apontava na tela do computador as informações que estavam presentes em sua memória e os seus respectivos locais. Neste momento era preenchida uma tabela com os detalhes de cada ponto indicado a partir do que era revelado pelo pescador. Este método foi adotado por não ser possível estar presente neste local por não mais fazer parte do território de Barrancos, sendo posse de outro proprietário atualmente, com a divisão estabelecida por um muro.

A seguir será apresentado um quadro que sintetiza as atividades de campo, as separando nas colunas: Data, Tipo e Local. Apresentando todas as etapas do mapeamento desde os testes com os croquis, coleta dos dados primários durante as caminhadas, diálogos com os pescadores e pescadoras e as atividades de confecção dos mapas:

²⁶ Entradas de dados divididas em categorias.

Quadro 4 – Mapeamento Social: Procedimentos metodológicos

Data	Tipo	Local
Maio/2019	Apresentação de impressões de imagens de satélite da comunidade	Barrancos
Maio/2019	Elaboração Croquis	Barrancos; UFPR-Litoral
Maio/2019	Apresentação Croquis	Barrancos
Junho/2019	Marcação coordenada geográfica	Barrancos
Junho/2019	Coleta remota de dados	Barrancos
Junho/2019	Descarregamento de dados do GPS	UFPR-Litoral
Maio/2019	Download dados secundários	UFPR-Litoral
Setembro/2019	Confecção dos mapas no SIG	UFPR-Litoral
Setembro/2019	Confecção dos Mapas no SIG	Sec. Educação Pontal do Paraná
Setembro/2019	Confecção dos Mapas no SIG	Barrancos
Setembro/2019	Apresentação dos Mapas Finalizados	Barrancos
Setembro/2019	Apresentação dos Mapas Finalizados	Sec. Educação de Pontal do Paraná

Organizado por João Portes, 2019.

As atividades realizadas na Secretaria de Educação de Pontal do Paraná, se deram devido ao fato da neta do pescador mais antigo da comunidade se encontrar neste espaço, no qual desenvolve suas atividades de trabalho como vereadora do município e educadora. Na comunidade foram utilizados diversos espaços para as atividades, tendo encontros com os moradores e moradoras nos locais como o barracão, as casas dos pescadores, a praia, as ruas, as mercearias e a brinquedoteca. Lugares de usos individuais e comuns da vila. O autor utilizou a estrutura da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, localizada em Matinhos – PR, para realizar os trabalhos de descarregamento e tratamento dos dados de campo assim que retornava da comunidade, e também foi nessa estrutura que o autor se instalava para realizar a confecção e diagramação dos mapas.

Neste quadro estão presentes as atividades realizadas que efetivamente acarretaram na produção de dados a serem incluídos no texto. Porém se soma também o fato da relação de confiança e o tempo dedicado a diálogos e vivências mantendo esta relação recíproca. Onde o autor se sentiu muito bem acolhido pela comunidade, comeu e levou peixe para casa, recebeu atenção para ser ouvido, liberdade para realizar perguntas, e tempo dos pescadores e pescadoras para a dedicação em construir este trabalho.

A seguir são apresentadas algumas fotos do que o autor conseguiu registrar durante as oficinas:



Foto 1: Oficina de Mapeamento. Foto: João Portes, maio/2019.



Foto 2: Oficina de Mapeamento. Foto: João Portes, maio/2019.



Foto 3: Oficina de Mapeamento. Foto: João Portes, maio/2019.

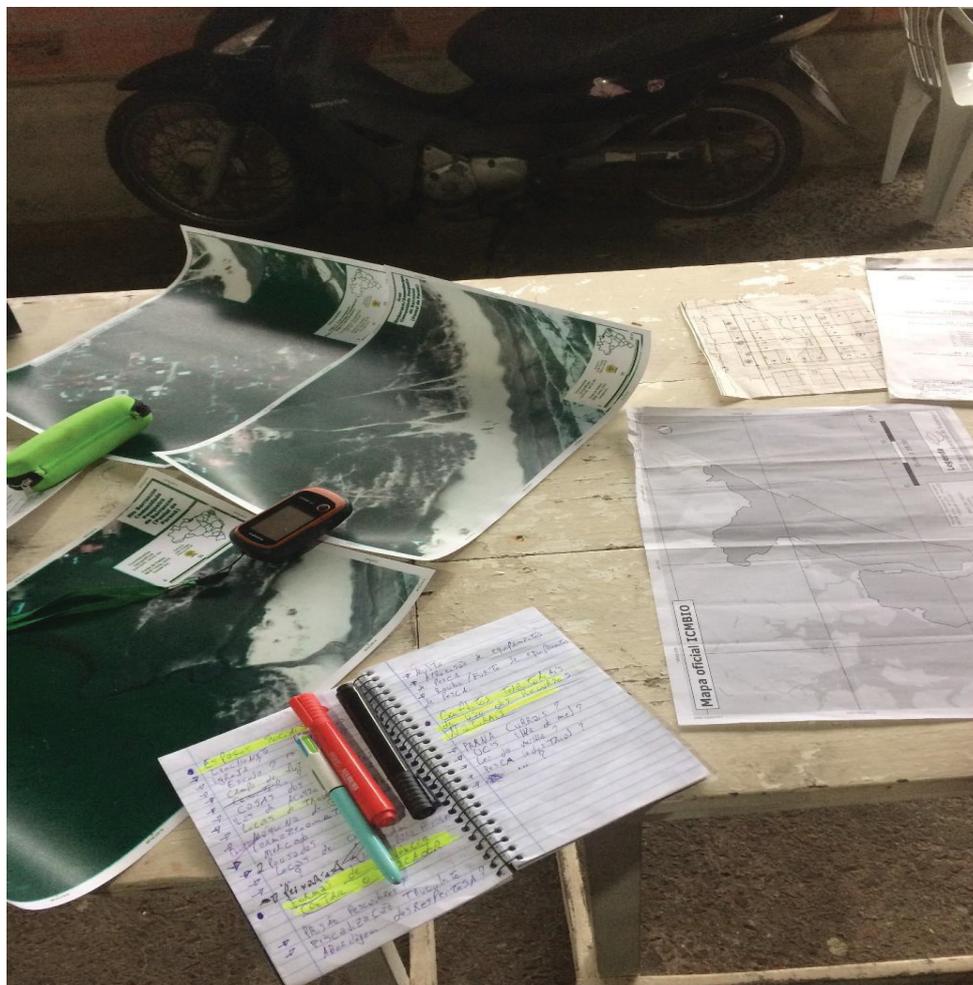


Foto 4: Oficina de Mapeamento. Foto: João Portes, maio/2019



Foto 5: Tela do GPS com os pontos indicados pelos pescadores. Foto: João Portes, maio/2019



Foto 6: Oficina mapeamento fábrica de farinha ao fundo. Foto: João Portes, maio/2019.



Foto 7: Seu Jair. Foto: João Portes, maio 2019.

CAPÍTULO 3 – MAPA É A CERTEZA DE QUE O LUGAR EXISTE (?)

Como já mencionado na Apresentação, esta pesquisa não buscou atingir alguma erudição ou utilizar um linguajar academicista de modo a limitar sua compreensão apenas a pessoas do meio acadêmico. Buscou-se apresentar seus argumentos de maneira sintética e didática. Sendo apresentados aqui, nesse último capítulo, os resultados em quadros e os mapas sociais de maneira direta sem muitas categorias de análises ou métodos sofisticados. Longe de querer afirmar verdades absolutas, os resultados apresentam pontos de vista do espaço habitado por pessoas reais de carne e osso, que foram/são ameaçadas pelo mecanismo especulativo do mercado financeiro, e também o ponto de vista da cartografia apresentada pelo estado e o que diz o planejamento posto para a região que a comunidade está.

Este capítulo dedica-se a apresentar os resultados e discussões, percorrendo o texto de forma a manter esses dois itens em constante diálogo sem dissociá-los, levantando algumas conclusões e questionamentos na medida em que os resultados vão sendo apresentados, em paralelo com o que autores e autoras já conceituaram proporcionando uma discussão teórica/prática.

Trazendo impressões sobre possíveis cenários de um desenvolvimento territorial futuro, imagem da memória sobre o que já foi no passado e sobre o que há no tempo atual, o capítulo final “Mapa é a certeza de que o lugar existe (?)” traz afirmações/autoafirmações de um espaço habitado em conflito latente, e questiona a verdade presente no discurso dos mapas que o estado prove a vila de Barrancos.

3.1 GUERRA DOS MAPAS, SOBREPOSIÇÕES DE TERRITÓRIO EM PONTAL DO PARANÁ

Neste momento o texto se dedica a contextualizar a situação fundiária do município de Pontal do Paraná e como se deu a ocupação do solo, sendo observado que fora realizada uma prática de caráter bem próximo ao o que se aplicava no ordenamento de terras públicas pelo Estado na época do Brasil império. A chamada Lei de Terra de 1850²⁷, e a sua antecessora prática das Sesmarias iniciada durante a definição das capitanias hereditárias em 1534, apresentavam um modelo de gestão territorial que se compara ao que foi aplicado no município em evidencia.

Sesmarias teve início no Brasil em 1534, traz em seu nome menção a uma antiga prática de dividir a terra em 6 partes. Distribuía/concebia a posse de terras a próximas ao rei, com a condição de tornarem as terras no Brasil produtivas e mantê-las ocupadas. A terra obrigatoriamente deveria ser cultivada, e continuava pertencendo ao império, porém o seu domínio uso e ocupação se designavam aos grandes latifundiários que foram contemplados com a Sesmarias diretamente pelo rei de Portugal. Entretanto, este acordo era raro de ser cumprido e as terras permaneciam sem o uso previsto pela condição imposta. Tendo em 1822 a suspensão das concessões aos sesmeiros. (NOZOE et al., 2006).

Nesse momento surge a lei de terra de 1850, também conhecida como a lei de terras devolutas, que legitimava a produção capitalista do espaço ao adquirir a ela a possibilidade de aquisição a partir da compra. As terras não eram bens privados até então, elas pertenciam ao estado e os latifundiários produziam nelas. As que ficavam um período sem produzir (que não cumpriam o acordo das Sesmarias) eram leiloadas. Mas apenas os grandes latifundiários podiam fazer parte dos leilões sendo privilegiados ainda mais. (SOUZA, 2016).

Porém o que ocorria muitas vezes, é que essas terras não estavam sem uso, elas se apresentavam ocupadas por povos indígenas. Portugal tinha o direito de legitimar sua conquista e pretendia invisibilizar estes povos e seus modos de usar o solo. Além de ser observada a questão da especulação da terra que a prática de Sesmarias introduz no Brasil, num dado momento em que a terra passou a ser mensurada/compreendida pelo seu valor de troca (compra e venda). (CUNHA, 2018).

²⁷ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

Assim com essas leis impostas, e um ordenamento territorial que só reconhece domínio do território a quem possui documento (dado pelo rei) sobre ele, marca a gestão territorial do Brasil cunhada no derramamento de sangue e concebe ainda mais privilégio a uma elite de alto poder aquisitivo e vasto domínio latifundiário.

No litoral do Paraná o ordenamento territorial não foi muito diferente a essa prática, seu processo de regularização fundiária teve aspectos que se assemelham ao que exerceu o rei de Portugal, como bem descrevem os trabalhos de Cunha (2018), Mafra (2018), Moura & Werneck (2011), Pierri et al. (2006) e o de Sampaio (2006). Além de também estar presente essa descrição no documento do primeiro Plano Diretor de Pontal do Paraná (2004).

Na década de 1950 ocorre um aumento na ocupação do espaço pelo motivo da construção da rodovia PR-407 fazendo conexão com a BR-277, integrando a malha viária entre Praia de Leste, Curitiba e Paranaguá. Somado a isso o estado do Paraná passa por uma ascensão econômica da classe média que influencia significativamente a ocupação do solo no litoral, também ocorrendo um acelero pela especulação imobiliária que estava em processo na região. (PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Os Balneários de Paranaguá pertencentes atualmente a Pontal do Paraná, tiveram sua ocupação no início da década de 1920 e intensificada pela construção da PR 407 (1950) como já mencionado. E o que chama bastante atenção, ao fato que este subcapítulo pretende trazer para discussão, é o acontecimento ocorrido na região que se assemelha as antigas práticas de distribuição de terras na época do Brasil império mencionadas acima.

Em 1951 o governo do Estado realizou a doação de uma área referente a 43.382.000 m² ao município de Paranaguá, onde a documentação que legitima essa doação se apresenta bastante diversa. Em momento algum é mencionado que foi realizada uma “cessão gratuita”, mas sim utilizado um instrumento jurídico que se refere ao direito privado, tendo a função de determinar as relações entre pessoas físicas ou jurídicas e entidades privadas, denominado “dação em pagamento”. Também foi observado de maneira pertinente e a despertar ainda mais curiosidade sobre o caso, o fato de que na documentação consta ser uma área inicial de transferência a Paranaguá equivalente a 3.000 hectares, que passa para 4338,2

hectares sem nenhuma explicação descrita sobre este expressivo aumento. (CUNHA, 2018).

O que torna o caso ainda mais curioso, ampliando sua complexidade e relação com as raízes das políticas fundiárias brasileiras reproduzindo os mecanismos de fortalecimento ao latifúndio, é a transferência de terras públicas a entidades privadas no litoral. No momento em que a área em questão, é repassada para a Empresa Balneária Pontal do Sul, tendo seu processo jurídico denominado como “Contrato de concessão de terras e fundação da cidade balneária do Pontal do Sul”. A empresa teria que destinar espaços para a construção de uma subprefeitura, colônia de férias, hospital com maternidade dentre outros prédios públicos. (CUNHA, 2018). A mesma autora traz também que consta no contrato que ficou a cargo da empresa a construção de:

Além disso, o contrato estabelecia que a empresa, deveria por sua conta, construir nos limites da Cidade Balneária: duas pistas de aterrisagem para aviões das linhas comerciais; um grande hotel de luxo, mais dois hotéis conforme a demanda; um cassino de luxo; ranchos com base de alvenaria para instalação de bares; cabines de banho na praia; um mercado; um teatro de luxo; um teatro rústico; um posto de salvamento dos banhistas; um cemitério; um playground; uma cancha de esportes; um grupo escolar. No restante da área recebida, para além dos limites da “cidade balneária”, o contrato estabelecia a obrigação da empresa de construir uma estrada de acesso ao balneário, a ser entregue ao controle do Estado, bem como organizar colônias de pescadores e agricultores. (CUNHA, 2018, p.33).

A vegetação chegou a ser aberta na área em que seriam instaladas as pistas de aterrisagem, porém em nenhum momento foram construídas. Das obrigações descritas no contrato, a empresa só cumpriu o dever de lotear os balneários com 4.557 terrenos postos à venda. Após 10 anos da vigência do contrato, o município promulgou a lei que o regulamentava efetuando a rescisão com a empresa complacentemente. Porém a lei não foi implementada e o contrato seguiu vigente. Dentre outras legislações²⁸ sobre ordenamento urbano que também não entraram em vigor, surge a emancipação do município de Pontal do Paraná no ano de 1995, oriunda de um movimento da classe comercial que apresentava uma crítica expressiva ao município de Paranaguá referente ao descaso com os balneários por parte do poder público. Relacionado a fundação do município, surge um outro projeto apresentado pela empresa “Porto Pontal Paraná Importação e

²⁸ Descritas no trabalho de Cunha (2018).

Exportação LTDA” com o intuito de construir o “Terminal Privado de Contêineres de Pontal do Paraná” (TCPP), especificamente em Pontal do Sul na região da Ponta do Poço, local considerado como de alta relevância para se tornar uma zona industrial-portuária. Na década de 1970 já haviam sido instaladas indústrias construtoras de plataformas petrolíferas na região. No ano de 2006 o grupo empresarial JCR²⁹ obtém a empresa “Porto Pontal Paraná Importação e Exportação S/A” (o mesmo grupo que gerencia a empresa balneária Pontal do Sul). (CUNHA, 2018).

A prefeitura e a associação comercial do município apresentam uma intenção explícita de que a cidade deixe de ter a sua principal característica de “praiana-turística”, para que se torne uma cidade portuária, passando a pauta “Porto Pontal” a ser o ponto principal da agenda do planejamento urbano.

Discussão essa que segue até os dias atuais permeada por legislações, instituições e movimentos sociais de posicionamentos contra e a favor a instalação do porto. Sendo revelado os atores sociais que montam o cenário de “arena de disputas” que a cidade se torna a partir da lógica da produção capitalista do espaço conforme apresentado por Junior et. al. (2017).

Pontal do Paraná historicamente tem sua regularização fundiária baseada em sobreposições de territórios, legislações, mapeamentos e escrituras. Onde é necessária uma leitura dos trabalhos mencionados acima e documentos oficiais para que seja compreendido de maneira mais aprofundada estes emaranhados processos. No contexto apresentado por esse subcapítulo, emerge a necessidade de Barrancos adquirir uma escritura e um mapeamento oficial de seu território. Tendo necessariamente que ser conseguida através de instrumentos jurídicos para garantir que seu território não fosse sobreposto a essa “guerra dos mapas”, posta por diferentes atores sociais cunhados na lógica da produção capitalista do espaço com seus interesses se sobrepondo.

²⁹ <http://www.grupojcr.com.br>

3.2 A TERRA NO PAPEL

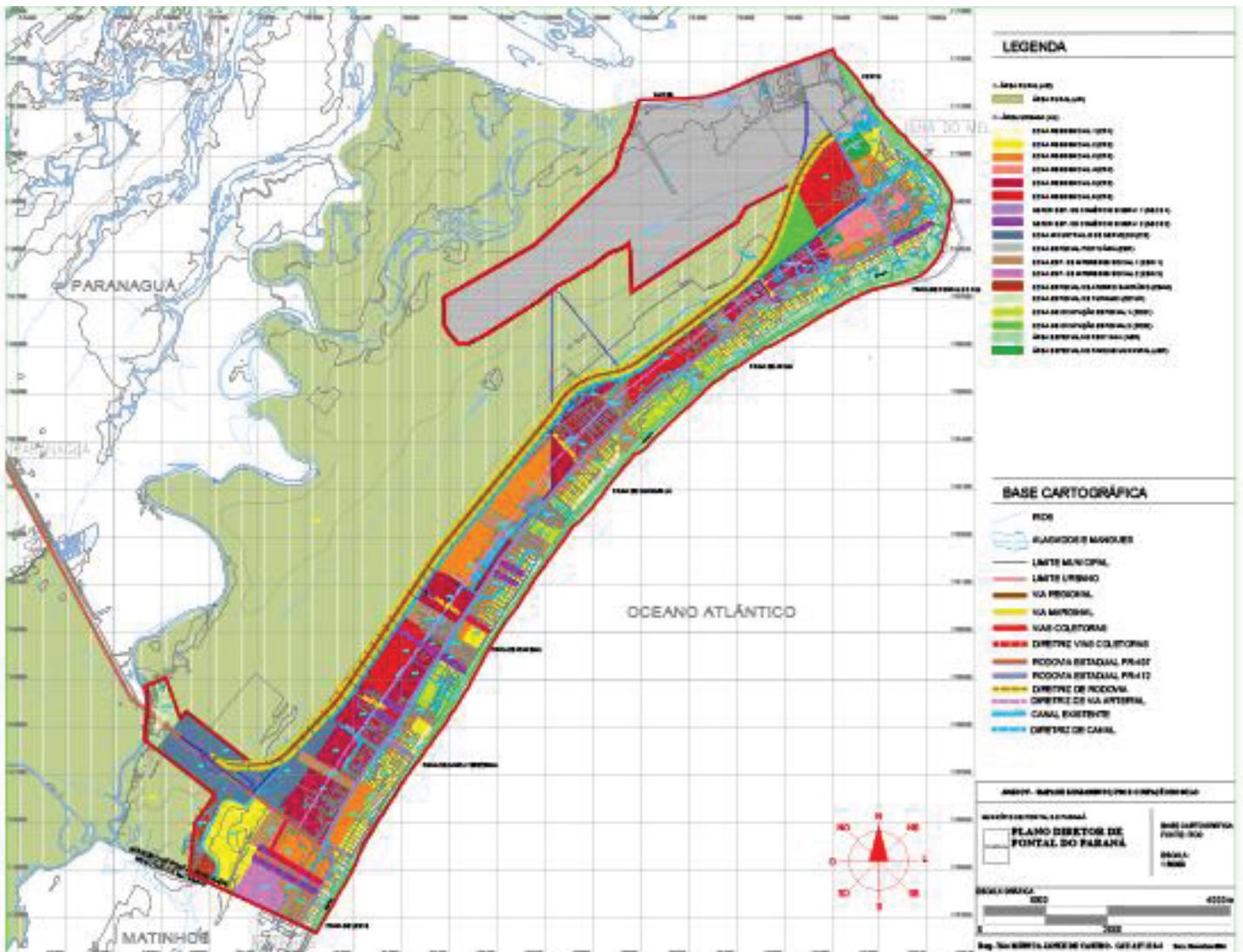
As próximas linhas descrevem as cartografias oficiais que Barrancos está inserida de maneira a buscar uma compreensão de como a comunidade é interpretada pelo estado. Também é apresentado o mapeamento que consta na sua escritura a qual defendeu seu território em meio a um cenário de sobreposições de limites territoriais. Sendo baseada esta análise nos seguintes mapas: Ocupações Irregulares no Município, presente no PD antigo de Pontal do Paraná (2006); Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, que consta no PD atual do município (2016); Mapas da área requerida pela comunidade que constam na escritura (1995) e Mapas Lotes Barrancos (1995).

A seguir será apresentado o mapa designado a representar e delimitar a localização das ocupações irregulares do município. Onde poder público compreendia Barrancos como uma ocupação irregular, mesmo se tratando de uma comunidade de pesca artesanal que está ali presente por gerações. Sendo possível identificar que este mapa ao inserir a comunidade nele, profere um discurso que invisibiliza sua história, cultura e os habitantes do espaço geográfico juntamente com suas relações territoriais. Ao se fazer uma análise do discurso que este mapa traz, compreende-se essa situação com o que Foucault (1970) apresentou sobre as verdades e não-verdades. Onde um discurso dito se sobrepõe, sendo concebido como verdade, ao que foi ocultado se tornado uma não-verdade.

Segundo o que aponta o antigo PD de Pontal do Paraná (2004), as ocupações estão localizadas, em grande parte em áreas particulares, e também são consideradas irregulares por estarem localizadas em locais de riscos sociais e ambientais por vezes desrespeitando áreas de preservação permanente, também causando desmatamentos da vegetação de Floresta Ombrófila Densa e as Formações Pioneiras para suas instalações.

Porém no caso de Barrancos, como já mencionado, a comunidade está presente na localidade a várias gerações e manejou a floresta seguindo os modos e costumes tradicionais descritos por Diegues (2004). No momento em que a comunidade é mencionada em um discurso que só apresenta a sua irregularidade referente ao o que o município compreende em seu ordenamento urbano, toda a sua cultura e história é tida como uma não-verdade baseada neste mapeamento:

MAPA 7 – MAPA DE ZONEAMENTO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Mapa 6 – Mapa de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo. Fonte: Paraná (2015).

Os próximos mapas a serem apresentados (mapas 7 e 8) são retirados da escritura de Barrancos e do processo de usucapião que a comunidade realizou para buscar uma regularização fundiária de seu território. A empresa Pontal do Sul S/A que tinha a posse da área onde Barrancos se localiza, estava disposta cumprir o que o seu contrato com o estado pedia no sentido de lotear a região de Pontal do Sul. E para não perder o território, a comunidade através das vias judiciais conta com uma ação de usucapião, e recebe o direito a posse da área ao final do processo.

No início da década de 1970, quando iniciam os tramites da ação judicial, a região era pouco urbanizada, se encontrando em um momento de transição do ambiente rural para o urbano. Já nos tempos de hoje a comunidade está totalmente

inserida em área urbana atendendo a lógica da produção do espaço que as cidades seguem. Esta inserção está relacionada principalmente com a mercantilização da terra através do loteamento que acarretou em especulação imobiliária.

Segundo Mafra (2018) essa luta realizada por um coletivo pescadores artesanais, é considerada no litoral do Paraná como uma das primeiras em relação a defesa do território pesqueiro, posicionada contra a forma de produção do espaço de maneira hegemônica. Sendo uma disputa que se arma desde meados de 1950, onde a comunidade já sofria pressões de agentes da especulação imobiliária para fins turísticos dos balneários da localidade.

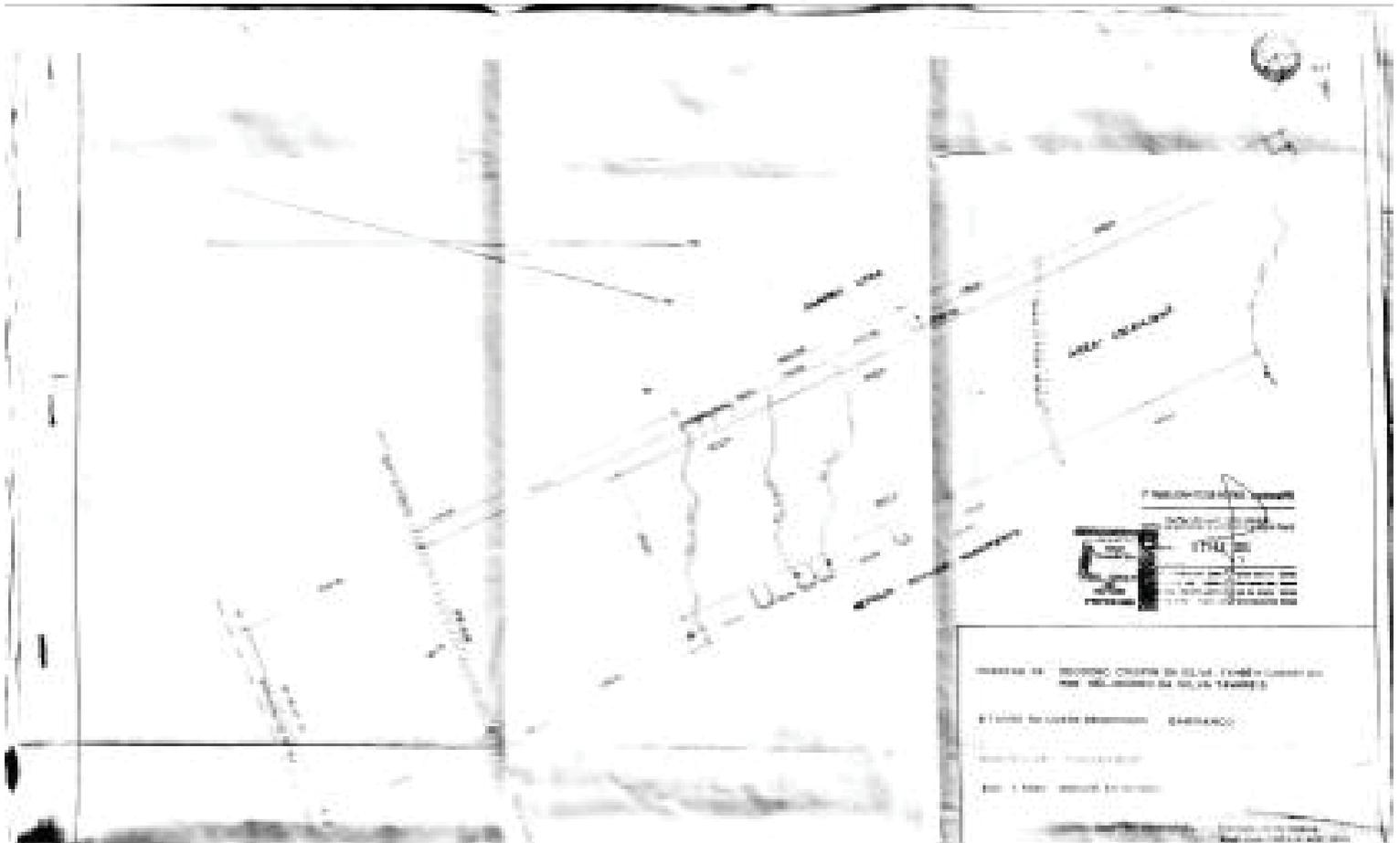
Com o passar do tempo essas pressões ficaram centralizadas na empresa balneária Pontal do Sul S/A, que sempre declarava ser de sua posse a área que a comunidade de Barrancos ocupa. Este fato ocorria devido a cessão de uso concebida pelo poder público como já mencionado. Porém a cessão dizia ser necessário respeitar as posses e os direitos dos grupos que já estavam presentes na região. Mesmo assim não era o que acontecia na prática, na realidade o que o ocorria era uma pressão para que o território fosse sobreposto. Mafra (2018) relata da seguinte forma a violência controversa em relação a o que a cessão prescrevia:

Entretanto, isso não ocorreu dessa maneira, já que há em várias menções de expulsão de territórios e supressão de direitos humanos na região. Essa relação mostra a lógica da maioria das atuações do Estado em relação ao controle e mercantilização de terras, servindo como um agente de expropriação de áreas comuns pelo capital privado, realidade muito comum em diversas regiões do Brasil. (MAFRA, p.210).

Pressões realizadas das mais diversas formas, por meio de chantagens, propostas de troca de terrenos em outras localizações (com áreas menores a da comunidade), e ameaças verbais. A partir do momento que a resistência da comunidade se firmou mais intensa, começou a ocorrer a presença de capangas contratados pela empresa para monitorar a área. Desta maneira o desenvolvimento do processo de usucapião se fez na base de luta e resistência da comunidade. O processo teve sua finalização no ano de 1995, onde a decisão judicial determinou o ganho da comunidade na época ao patriarca da vila e a sua esposa (falecidos), sendo repassado ao seu filho (pescador mais antigo de Barrancos atualmente). Na documentação do processo está registrado que pertence a comunidade uma área referente a 769.048 m², e a região ocupada pelos moradores e moradoras se situa

mais próxima a praia (conforme irá apresentar o mapa 8). A seguir será apresentado o mapa que delimita as fronteiras do território da comunidade, que consta na documentação do processo de usucapião. Informação obtida através de pesquisa documental e caderno de campo. Sua delimitação compreende a área desde a orla marítima ao Rio do Largo:

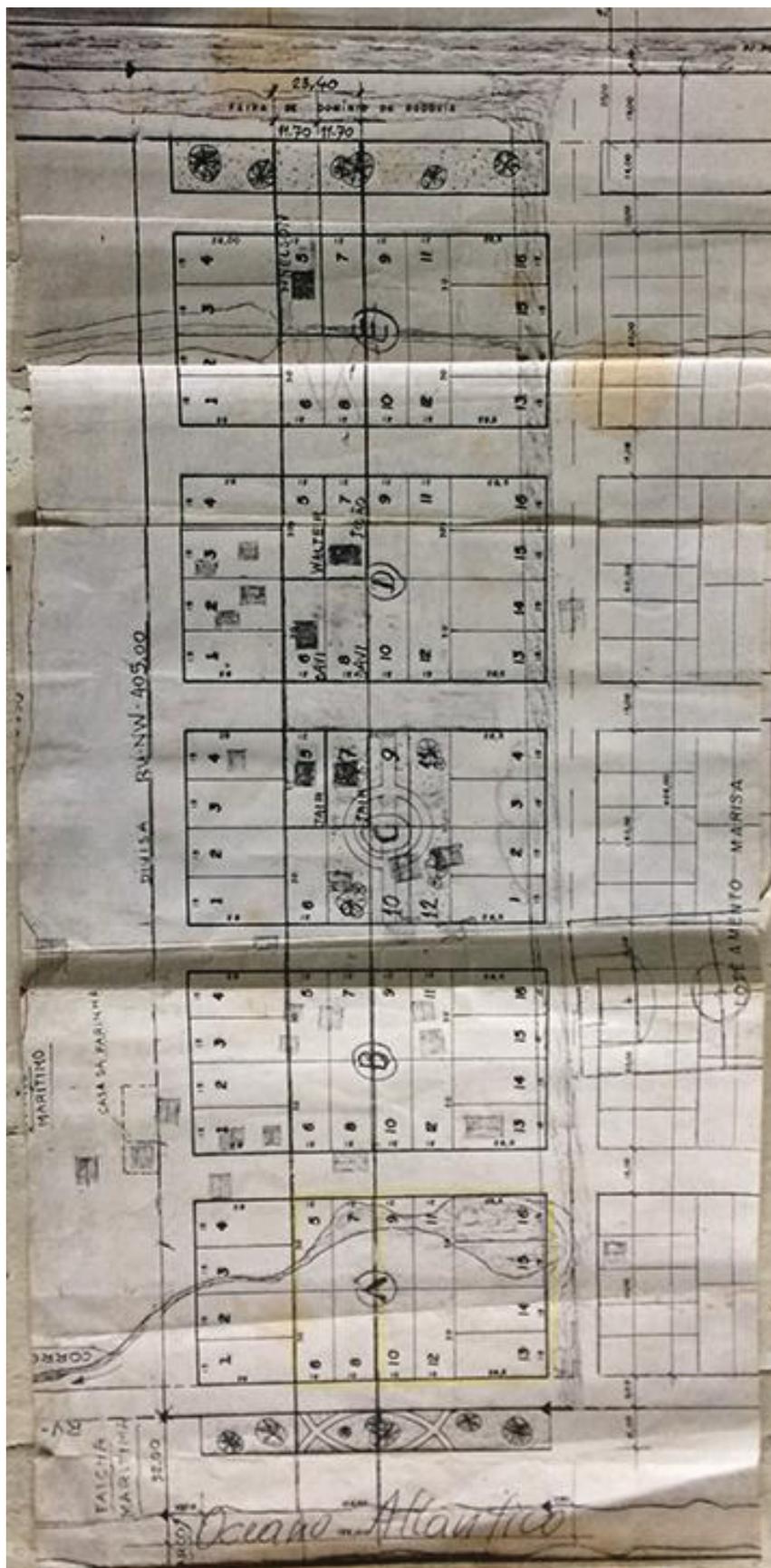
MAPA 8 – LIMITES TERRITORIAIS BARRANCOS



Mapa 7 – Limites Territoriais Barrancos. Fonte: Dados de campo do autor (2019).

Um fato curioso, é a forma de pagamento do serviço jurídico prestado pelo advogado que moveu a ação. Foi acordado que em troca do serviço de advocacia, metade da área passasse a ser de propriedade do advogado. O acordo cumprido, porém, no ato de realizar o mapeamento e divisão das áreas, o advogado delimitou 300 metros a mais do que havia acordado, desta maneira a comunidade tendo que se realocar em uma área mais distante do Rio Barrancos (apresentado nos mapas sociais).

MAPA 9 – LOTES BARRANCOS



Mapa 8 – Lotes Barrancos. Fonte: Dados de campo do autor (2019).

Esta pesquisa entende que mesmo com a vitória do processo de usucapião, não há uma regularização fundiária de fato, se tratando de uma comunidade tradicional. Pois estando dentro do ambiente urbano acaba seguindo o ordenamento territorial descrito no planejamento do município, conforme apresentado nos mapas 5 e 6. Cunha (2018) descreve o motivo de serem utilizados instrumentos de política urbana por esses povos:

Uma das lacunas do texto constitucional se refere a definição do regime de posse e propriedade dos territórios dos povos e comunidades tradicionais que não se enquadram na categoria de indígenas e quilombolas, como é o caso de algumas comunidades tradicionais pesqueiras. Isto faz com que estes povos e comunidades tenham que se utilizar dos instrumentos jurídicos relacionados a política urbana ou agrária que visam a garantir a realização do princípio constitucional da função social da propriedade por meio de garantias ao acesso à terra e a regularização fundiária, como as formas de usucapião, o aluguel social e as concessões de uso. No entanto, estes instrumentos não consideram o elemento da cultura, da relação dos territórios e das práticas tradicionais. (CUNHA, 2018, p.41)

A pauta que os movimentos da classe (CPP, MOPEAR, MPP, MONAPE, entre outros) levantam na luta pela regularização do território pesqueiro, também articula outros mecanismos jurídicos que podem trazer uma regularização fundiária de território tradicional, de modo a garantir os usos e práticas de seus povos. A exemplo pode ser acionado o TAUS³⁰, instrumento que pode dar início a demarcação do território podendo vir a ser convertido em CDRU³¹. Entretanto Mafra (2018) diz que a ação realizada pela comunidade, representa um significativo marco de resistência dos pescadores artesanais na diferenciação socioespacial desta região, desacelerando o processo especulativo dos loteamentos para usos turísticos. Num momento onde estava efervescendo a especulação fundiária, territórios sendo sobrepostos, de maneira a se armar o cenário de arena de disputas que a cidade se apresenta, somente ao adquirir uma escritura, ainda que o poder pública a compreendeu como ocupação irregular e em seguida a inseriu numa área de ZEIS, Barrancos consegue permanecer na região de seu território tradicionalmente ocupado até os dias atuais.

³⁰ Autorização que compreende áreas utilizadas tradicionalmente para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais. Regulamentada pela Portaria SPU nº 89, de 15 de abril de 2010.

³¹ Contrato Administrativo que transfere direitos reais da propriedade. Prevista no Decreto-Lei nº 271, de 1967, e na Lei nº 9.636, de 1998.

3.3 O PAPEL DOS HABITANTES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Este sub-capítulo apresenta resumidamente o cotidiano dos habitantes da comunidade de Barrancos, parte de suas rotinas de trabalho e modos de vida. Se baseando em algumas literaturas e anotações feitas no caderno de campo que registraram o que o autor presenciou durante suas visitas a vila.

A comunidade conseguiu se manter na região do seu território, porém já em outro momento histórico num contexto que a produção do espaço passa a atender a lógica capitalista e não mais as práticas de uso do solo por modos tradicionais. A atividade de pesca já havia sido adaptada para atender a lógica do mercado, legislações ambientais se estabeleceram determinando o ordenamento pesqueiro, de modo a restringir a captura de espécies, regulamentar as artes, e delimitar quais áreas a pesca artesanal marítima tem permissão de atuar.

Mas é possível identificar que a cultura se mantém viva no território encontrada em diversas práticas, como a transferência de saber de geração para geração, o conhecimento sobre as áreas de pesca, saberes fazeres culinários como bem descreveu Martins (2017), a preservação do conhecimento sobre o feitiço e reparo de artes de pesca, saberes sobre os peixes, conhecimento sobre o mar e condições meteorológicas, a preservação de seu linguajar e a maneira específica que se comunicam. Saberes estes que basta apenas uma visita a vila de Barrancos e pouco tempo de conversa para que se perceba a particularidade e consistência cultural presente neste espaço/lugar.

Desta maneira correlaciona com o que Nogueira (2017) diz ao citar Oliveira & Silva (2012), no sentido da prática fornecer a subsistência e realizar a manutenção dos vínculos e relações humanas onde o fato do conhecimento ser passado entre gerações pela oralidade representa a força de identidade e conexão entre as famílias. Conforme observado em campo e como afirmam Caldeira & Pierri (2014), não há bancas ou outras estruturas comunitárias destinadas para a venda do pescado aos compradores, situação diferente das outras comunidades próximas. A venda é feita diretamente na praia, ou nas casas dos pescadores que possuem placas indicando que ali é um local de comercialização. Os pescadores possuem freezers para armazenar o pescado e também é feita negociação com atravessadores para abastecer peixarias da região.

Conforme descrito por Nogueira (2017) a praia é um importante local de encontro, pois é onde as canoas ficam aportadas e também um dos lugares de convivência e trabalho (na terra). Todos os dias pouco tempo antes do nascer do sol, os pescadores se reúnem na praia e diferentes assuntos aparecem no diálogo entre eles. É um momento descontraído e também de seriedade, pois é neste encontro que ocorre a análise da condição do mar e do clima, sendo tomada a decisão se aquele dia está propício para a atividade de pesca ou não. Assim que os primeiros raios de sol saem, é feita uma avaliação mais precisa e observam se há movimentação em outros portos, além de se comunicarem por celular com outros pescadores de outras comunidades, ou por vezes com pescadores que já estão no mar. Muitos deles também acompanham a previsão do tempo pela internet.

Também foi observado em campo nos diálogos com os pescadores o que Nogueira (2017) da seguinte forma:

É frequente nos discursos dos pescadores o orgulho quanto à atividade, entretanto, todos afirmam serem pescadores por falta de alternativas, pela influência do pai, ou que absorveram o dom da pesca dos avós. A transmissão desse conhecimento acontece de geração em geração e mais do que um dom, é fruto da oralidade, tornando o manejo da natureza coletivo, construído ao longo do tempo, e baseado num entendimento integral dos fenômenos considerando naturalmente a complexidade presente na natureza. (NOGUEIRA, 2017, p.27).

Como já descrito no item anterior a comunidade apresentou um posicionamento fundamental para garantir o seu território em meio as ameaças, e a pesca não aparentar estar em declínio sendo ainda a principal atividade de geração de renda. Será demonstrado a seguir nos mapas sociais as diversas mudanças nos modos de ser e fazer das pessoas que moram ali, como mudanças na paisagem, transição de ambiente rural para urbano, adaptação da disposição das habitações seguindo o padrão de lotes, modernização dos petrechos de pesca e embarcações, proibição de práticas tradicionais e perda de territórios pesqueiros, e etc. Porém a comunidade ainda mantém fortes aspectos culturais e resistência para garantir isso conforme afirma Andrigueto (2002, p.143): “o relativo sucesso dessa vila pareceu se dever a suas lideranças, dinâmica e hábeis o suficiente para enfrentar o processo de transformação”. Conforme Cunha (2018) afirma, muitas comunidades estão inseridas no ambiente urbano de Pontal do Paraná. Barrancos também está e acompanha a dinâmica da cidade, sendo possível observar nitidamente que as

questões de direitos dos povos e comunidades tradicionais devem estar presentes nos debates dos planejamentos urbanos se atentando ao fato de que “O urbano também é lugar das práticas tradicionais, também incorpora os conhecimentos ancestrais”. (CUNHA 2018, P.101).

A seguir serão apresentadas algumas fotos atuais da comunidade:



Foto 8: Canoas Aportadas, Balneário Barrancos. João Portes, 28/05/2019.



Foto 9: Canoas Aportadas. Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 10: Barracão Canoas. Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 11: Campo de Bola. Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 12: Campo de Bola. Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 13: Estante de Troféus "Barrancos Futebol Clube". Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 14: Estante de troféus “Barrancos Futebol Clube”. Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 15: Brinquedoteca Municipal “Nas Ondas do Brincar”. Foto: João Portes, 28/05/2019



Foto 16: Canoa "Joana I". Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 17: Terreno onde será construída a igreja. Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 18: Dona Zélia. Foto: João Portes, 28/05/2019.



Foto 19: Pescadores de Barrancos Após Desembarque. Foto: João Portes, 07/03/2016.



Foto 20: Carrinhos das canoas na praia. Foto: João Portes, maio/2019



Foto 21: Canoa "Ay-ky-susto". Foto: João Portes, maio/2019



Foto 22: Canoas aportadas na praia de Barrancos. Foto: João Portes, maio/2019



Foto 23: Espantalho. Foto: João Portes, maio/2019.



Foto 24: Casinha de pesca. Foto: João Portes, maio/2019.



Foto 25: Fábrica de farinha antiga. Foto: João Portes, maio/2019.



Foto 26: Fábrica de farinha desativada. Foto: João Portes, maio/2019

3.4 MAPA DA MEMÓRIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS

A partir de agora serão apresentados os mapas sociais. Este primeiro intitulado como “Mapa da Memória dos Pescadores Artesanais de Barrancos”, traz as representações históricas da paisagem de um tempo em que as práticas territoriais tradicionais como manejo do solo, atividades de caça, religiosidade e crenças, faziam parte do cotidiano da comunidade mais intensamente. Era seguida a lógica da produção do espaço por modos tradicionais caiçaras, de acordo com o que Diegues (2004) descreve sobre os hábitos e costumes desses povos. Relação essa concebida entre o que o autor descreve e o que foi extraído como dado de campo da pesquisa, através de vivência na comunidade e diálogos com os pescadores registrados em cadernos de campo.

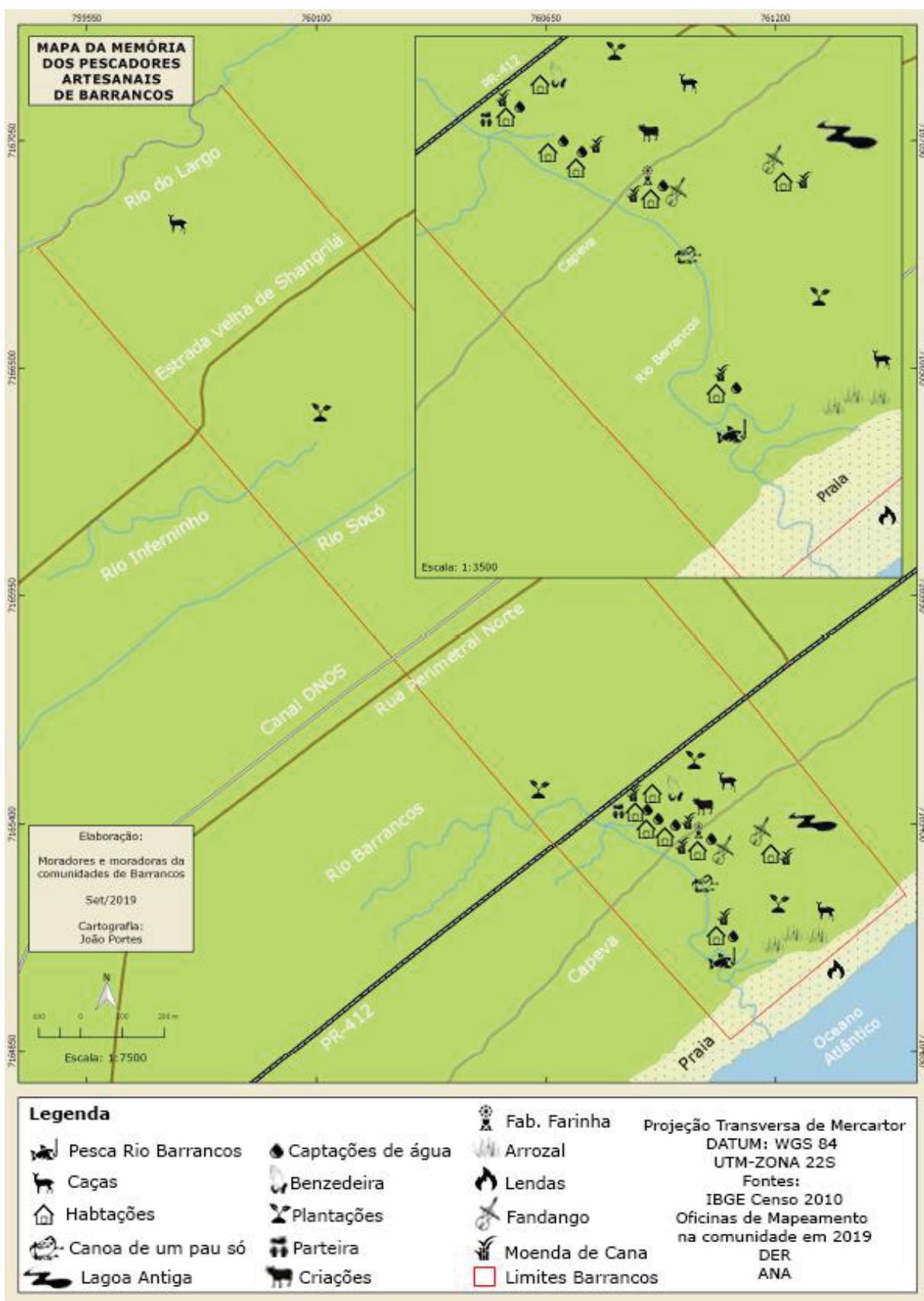
Este mapa representa o que os pescadores e pescadoras indicaram como locais e práticas de valor histórico, para remontar o cenário que a comunidade se configurava antes do momento em que tiveram que se realocar para outra área. Apresentando em suas legendas as práticas tradicionais de agricultura, caça, pesca, medicina, crenças, ancestralidades e saberes.

A configuração da paisagem física diz muito sobre essas práticas, compreendendo o que Santos (2012) afirma sobre as paisagens serem marcas dos usos sociais do território pelo homem. O mapa a seguir buscou remontar a paisagem de um tempo onde se pensava em uma lógica de produção do espaço a partir de perspectivas tradicionais de subsistências onde a terra era compreendida por seu valor de uso, valores culturais e relacionais com o espaço habitado, ela não era mensurada na sua capacidade de especulação e lucro com a venda.

Os cursos d’água, estradas, práticas, habitações, ancestralidades e demais elementos da paisagem, estão descritos da maneira indicada pelos pescadores e representada nos locais indicados por eles. Tais informações só estavam presentes em suas memórias, e agora se apresentam georreferenciadas seguindo os padrões técnicos da cartografia para que seja considerado um mapa, na intenção de registrar a história da comunidade a partir do conceito de mapeamento social.

Em seguida são apresentados dois quadros que categorizam as informações dos mapas, com base no que foi descrito pelos pescadores durante as oficinas de mapeamento.

Mapa 10 – Mapa da Memória dos Pescadores Artesanais de Barrancos



Quadro 5 – Feições e representações do Mapa da Memória

Representação/Tipo	Camadas
Linhas	Canal DNOS Capeva Estrada Velha de Shangrilá Rio Barrancos Rio Caruru Rio do Largo Rio Inferninho Rio Socó Rodovia PR-412 Rua Perimetral Norte
Pontos	Arrozal Benzedeira Caças Canoa de um pau só Captações de Água Criações Fabricação de Farinha Fandango Habitações Lagoa Antiga Lendas Moenda de Cana Parteira Pesca Rio Barrancos

	Plantações
Polígonos	Limites Barrancos Praia
Toponímia	Praia Oceano Atlântico

Organizado por João Portes, 2019.

Quadro 6 – Simbologia e descrição detalhada do Mapa da Memória

Ícone Digital	Significado	Descrição	Observação
	Benedeiras	Lucinda e Ninha	Lucinda morava no Baln. Guapê e Ninha no Atami (localidades próximas a Barrancos).
	Caças	Anta, Capivara, Veado, Quati, Tatu, Tateto, Guachaim, Manguero (cachorro), Macaco Prego, Bugio, Irara (parecia com Lontra), Lontra, Raposa, Onça e Jacaré.	Essas eram as principais caças, mas também haviam outras como alguns tipos de aves e cobras.
—	Canal DNOS	Rio canalizado em 1950 pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento.	Impactou o Rio Barrancos causando assoreamento.

	Canoa de um pau só	Canoa feita de “Guapuruvu” (Guapuruvu) de um pau só, mencionada como a melhor madeira leve e duradoura.	Haviam 3 canoas a de um pau só a remo na época.
	Captações de Água	Todas as habitações tinham suas próprias captações de água.	Fazia-se um buraco no chão até verter água para captar.
	Criações	Bois e Cavalos.	Pertenciam ao Baln. Guapê, mas vinham pastar em Barrancos com frequência.
	Fabricação de Farinha	Casa de fabricação de farinha de mandioca	
	Fandango	Fandangueiros: Eleodoro Crispim e Narciso (construíam os instrumentos).	Instrumentos: Adulfo, Rabeca e Viola.
	Habitações	Manuel Ricardo, João Crispim, João Rosa e Eleodoro Crispim.	Todos produziam farinha de mandioca.

	Lagoa Antiga	Lagoa dentro do território de Barrancos.	Pescava-se Traíra e Cara.
	Lendas	Boitatá: Era uma tocha de fogo que voava e perseguia as pessoas, “uma assombração”; Lobisomem; Bruxa.	Bruxa: Deixavam o cabelo das crianças em tesouras, como simpatia pra espantar a bruxa para ela não “chupar as crianças”.
	Limites Territoriais Barrancos	Delimitação aproximada do perímetro da comunidade.	Polígono criado com base em oficinas de mapeamento com os moradores.
	Moenda de Cana	Todas as habitações tinham uma moenda de cana.	Era produzido caldo de cana e melado.
	Parteira	Leopoldina	Além de parteira também era Benzedeira e produtora de Farinha de mandioca.
	Pesca no Rio Barrancos	Peixes: Robalo, Tainha, Caratinga, Acará, Traíra e Bagre.	Artes de pesca: Tarrafa, Cambau, Rede de Lanço (70 braças no máximo), Linha de

			Mão (barbante e “lili” bem fraco), também era feito “Covo” para traíra.
	Plantações	Arroz, Banana, Cana-de-Açúcar, Cará, Melancia, Roças de Mandioca, Taiá	Arroz: Era plantado na restinga, ou nos banhados; Cana-de-Açúcar: Ao lado das Roças de Mandioca; Cará: Era junto com a mandioca, era feito uma covagem alta pra plantar; Taiá: Junto com a Mandioca.
—	Rio Barrancos		“Era grande e fundo, se encontrava com o mar, e o Robalo e a Tainhota subiam, e se pescava somente no rio de canoa a remo, e ia para “forinha” quando o mar tava manso. Depois foi construído o canal de embarque para a Ilha do Mel, o rio assoreou e mudou o curso”.

—	Rodovia PR-412	Estrada pertencente ao governo do Paraná que começa na divisa com o Estado de Santa Catarina, na altura do município de Garuva e cruza boa parte do litoral do Paraná até a cidade de Pontal do Paraná. Construída no início dos anos 70, inaugurada em agosto de 1973.	Rodovia estadual que passa pelo território de Barrancos.
—	Rua Perimetral Norte	Rua próxima ao Canal DNOS.	Se interliga a Rua Capivari e a PR-412.

Organizado por João Portes, 2019.

3.5 MAPA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS

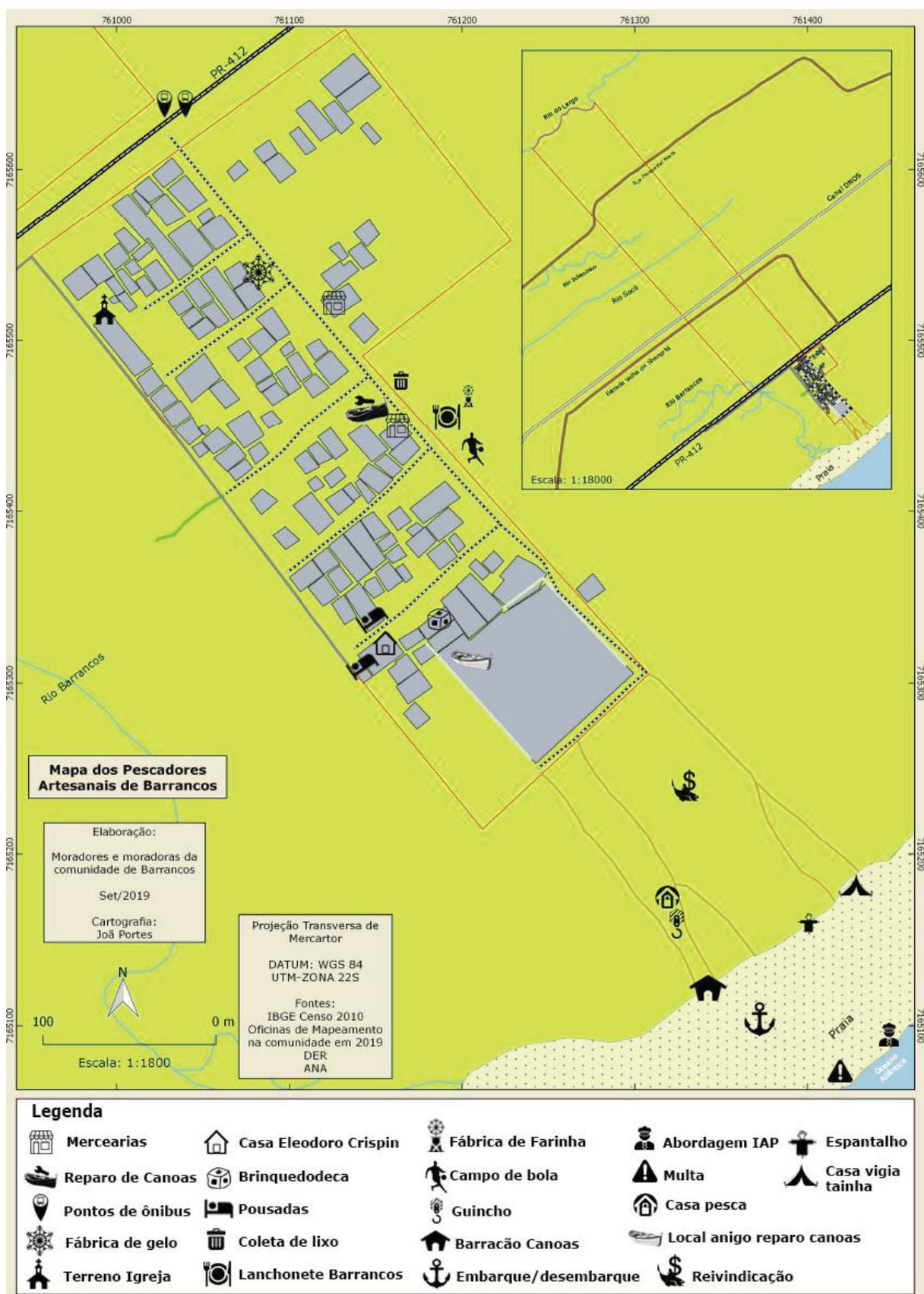
O segundo mapa social, que essa pesquisa se propôs a realizar, leva o nome de “Mapa dos Pescadores Artesanais de Barrancos”. Que por sua vez representa a configuração atual da paisagem. Registra a inserção da comunidade totalmente na lógica das cidades com lotes demarcados na malha urbana. Recebendo infraestruturas como arruamento, asfalto, energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, pontos de ônibus, telefone público e posicionada dentro de um zoneamento que atende o planejamento territorial que o estado tem para a região.

Aparece neste novo mapa a presença de pousadas que atendem a demanda do turismo que o litoral como um todo traz. Além das novidades de práticas de pesca como a utilização de guincho para puxar as canoas no momento do desembarque, máquina de fazer gelo, estabelecimentos comerciais, locais de lazer e de trabalho, vias de acesso à praia, reivindicações, denúncias, locais de valor histórico como o local da primeira escola de Pontal do Paraná (Brinquedoteca atualmente), e sinais de sua ancestralidade como a presença das partes de uma fábrica de farinha, assim como locais de planejamento para futuras construções.

É necessário explicitar que a pesquisa não compreende e nem tem a intenção de dizer que, essa inserção ao meio urbano, foi algo bom ou algo ruim para os moradores e moradoras. Está sendo feita aqui uma análise do espaço a partir das cartografias produzidas através do mapeamento social e oficial, sem aplicar juízo de valor a algum posicionamento ou tomada de decisão da comunidade.

Assim como foi feito na descrição do mapa social apresentado anteriormente (Mapa da Memória), também são apresentados dois quadros que explicam de maneira detalhada as legendas, representações e o que representação no espaço habitado a partir do que foi revelado pelos pescadores e pescadoras.

Mapa 11 – Mapa dos Pescadores Artesanais de Barrancos



Quadro 7 – Feições e representações do Mapa dos Pescadores Artesanais de Barrancos

Representação/Tipo	Camadas
Linhas	Arrumamento Barrancos Canal DNOS Córrego Estradas Barrancos Muro PR-412 Rio Barrancos Rio Caruru Rio do Largo Rio Inferninho Rio Socó Vias de Acesso a Praia
Pontos	Abordagens Truculentas pelo IAP Brinquedoteca Casa Eleodoro Crispim Casa Vigia Tainha Espantalho Guincho Local Antigo de Reparo de Canoas Local Reparo de Canoas Mercearia Mauro Máquina de gelo desativada Multa IAP Currais Pousada Barrancos

	Pousada Mauro Pontos de ônibus Ponto Coleta de Lixo Reinvidicações
Polígonos	Área de Embarque e Desembarque Barracões de Pesca Limites Barrancos Campo de bola Lanchonete Barrancos Mercearia Silva Terreno da futura Igreja
Toponímia	Praia Oceano Atlântico

Organizado por João Portes, 2019.

**Quadro 8 – Simbologia utilizada e descrição detalhada
do Mapa dos Pescadores de Barrancos**

Ícone Digital	Significado	Descrição	Observação
	Abordagens Truculentas pelo IAP	Abordagens Truculentas pelo IAP registradas por conversas em campo.	O autor presenciou um momento de truculência por parte do IAP no ano de 2016 descrito no caderno de campo.
	Área de Embarque e Desembarque	Local de trânsito das canoas, onde saem para o mar e retornam até o barracão e eventualmente são levadas até a área de reparo de canoas.	É comum observar carrinhos das canoas pela praia, assim como redes e outros petrechos de pesca.
	Arrumamento Barrancos	As ruas possuem nomes de moradores da comunidade. Nomes: José Serafim, Alexandre Serafim do Nascimento, Artur Tavares, Manoel Antônio Tavares, Narciso Alves, Urbano Hizidoro Gonçalves, Av. Eleodoro Crispim da Silva.	Informações retiradas do processo de Uso Capião e mapeamento oficial. Todas as ruas são feitas de cascalho, apenas a Av. Eleodoro Crispim da Silva é asfaltada.
	Barracão Canoas	Barracão construído para abrigar as canoas.	Local onde os pescadores permanecem

			bastante tempo, preparando as canoas para o embarque, realizando o desembarque, transportando peixes, redes e apetrechos de pesca.
	Brinquedoteca	Local onde são realizadas atividades com crianças da comunidade e da região.	Local onde foi a primeira Escola de Pontal do Paraná, transformada em Brinquedoteca doada ao Município.
	Campo de bola	Há na comunidade o time de futebol “Barrancos Futebol Clube”.	Ocorrem jogos de campeonatos entre as comunidades e cidades do litoral.
—	Canal DNOS	Rio canalizado em 1950 pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento.	Impactou o Rio Barrancos causando assoreamento.
	Casa Eleodoro Crispim	Pai do Seu Jair	
	Casa Vigia Tainha	Estrutura de madeira localizada na praia para a observação da	Os pescadores não a utilizam.

		chegada dos cardumes da Tainha.	
	Casinha de Pesca	Local onde é armazenado redes e apetrechos de pesca.	Pequena casa de madeira.
—	Córrego	Antiga Lagoa que foi transformada em córrego.	
	Espantalho	Fixado na areia para “espantar” pessoas intencionadas em furtar redes e apetrechos de pesca que ficam na praia.	
—	Estradas Barrancos	Estradas e ruas do entorno da comunidade: Estrada Velha de Shangrilá, R. Perimetral Norte, R. Capivari.	
	Guincho	Utilizado para auxiliar o desembarque das canoas.	Desativado por falta de manutenção.
	Lancheonete Barrancos	Lancheonete da família Crispim.	Também conhecido como “Barracão”, o local é utilizado pelos pescadores para se reunirem em momentos de

			confraternização, reuniões, atividades de entralhe de rede e reparos.
	Limites Barrancos	Limites delimitados em oficinas de mapeamento baseando-se no mapeamento oficial (escritura).	É possível perceber a diminuição significativa do território comparado a mesma feição presente no “Mapa da Memória”.
	Local Antigo de Reparo de Canoas	Espaço onde os pescadores se reuniam para dar manutenção as canoas.	O local foi transferido por motivos de acessibilidade.
	Local Reparo de Canoas	Espaço onde os pescadores se reúnem para dar manutenção as canoas.	O novo local apresenta uma acessibilidade mais favorável em relação ao antigo.
	Máquina de gelo desativada	A máquina servia para a fabricação de gelo em grande quantidade.	A máquina e está desativada até os dias atuais.
	Multa IAP Currais	Local onde um pescador de Barrancos foi multado por estar dentro dos	Pescadores alegam que a multa não chegou

		limites do PARNA Currais.	ao devido endereço, e quando ficaram sabendo, ela já estava com os juros bem altos.
	Mercearia Mauro		
	Mercearia Silva	Mercearia da família Crispim.	Além de funcionar como mercearia, o local também guarda uma grande coleção de troféus de jogos de futebol.
—	Muro	Muro de cerca de 2m de altura que separa todo o território da comunidade (da PR-412 até a praia) do terreno vizinho.	Território que foi cedido ao advogado como forma de pagamento pela escritura. Hoje pertence a um americano.
—	Oceano Atlântico	Pescadores realizam pesca marítima, saem para mar aberto podendo ir desde a ilha do Superagui (15 milhas ao norte aproximadamente), a Ilha do Saí (25 milhas ao sul aproximadamente). E	As principais artes de pesca utilizadas são: Caceio, arrasto, cerco e fundeio.

		da praia até a “linha dos navios” (20 milhas mar a dentro aproximadamente).	
	Pontos de Ônibus	Dois pontos de ônibus na PR-412.	
	Pousada Barrancos		
	Pousada Mauro		
—	Praia	Local de grande importância. Local onde as canoas ficam aportadas, e realizam embarque/desembarque.	
	Reinvindicações	Construção de Mercado do Peixe em Barrancos.	
—	Rio Barrancos	Localizado no terreno vizinho da comunidade separado por um muro.	Rio não pertence mais a comunidade.
—	Rio do Largo	Define o limite do território da comunidade.	
—	Rodovia PR-412	Rodovia que passa pelo território de Barrancos. Construída no início dos anos 70, inaugurada em agosto de 1973.	Comunidade recebeu indenização recentemente (2018).

	Terreno da Igreja	Local onde será construído a Igreja de Barrancos.	Dona Zélia mora ao lado, veio a Barrancos pagar promessa de construir a igreja.
—	Vias de Acesso a Praia	Caminhos que conectam a comunidade até a praia e seus locais de trabalho.	Caminhos de areia abertos na restinga.

Organizado por João Portes, 2019.

3.6 IMPRESSÕES SOBRE O ESPAÇO HABITADO

Por fim, neste subcapítulo, é apresentado um quadro que corresponde ao que os mapas sociais representaram sobre o território em distintos momentos históricos, e o que ele é atualmente a partir da leitura das cartografias apresentadas neste estudo e como o estado o compreende. Desta forma, a partir do exposto nos mapas sociais e oficiais, bem como nas análises das informações que os mesmos carregam, a presente pesquisa parte para a análise do planejamento que o município propõe ao respectivo espaço geográfico, baseada na cartografia que o estado realizou (documento do plano diretor) de maneira a deixar em evidencia as impressões que esta pesquisa traz para a discussão.

Quadro 9 – A Persistência da Memória e o Atual

Memória	Atual
Benedeira	Abordagens Truculentas pelo IAP
Caça	Área de Embarque e Desembarque
Canoa de um pau só	Arrumamento
Captações de Água	Barracão Canoas
Criações	Brinquedoteca
Fabricação de Farinha	Campo de bola
Fandango	Casa Vigia Tainha
Habitações	Casinha de Pesca
Lagoa Antiga	Espantalho
Lendas	Guincho
Limites Territoriais	Lanchonete Barrancos
Moendas de Cana	Limites Territoriais
Parteira	Local Reparo de Canoas
Pesca no Rio Barrancos	Máquina de gelo
Plantações	Multa IAP Currais
Rio Barrancos	Mercearias
	Pontos de Ônibus
	Pousadas
	Reinvindicações
	Terreno da Igreja

Organizado por João Portes, 2019.

A coluna “Memória” apresenta os itens mais simbólicos que representam a cultura da comunidade em um tempo onde o território ainda não havia sido modificado para atender a lógica de produção capitalista do espaço. Pode-se observar que alguns itens/informações/legendas, não estão mais presentes nos dias atuais. A coluna nominada “Atual” corresponde aos itens que surgiram mais recentemente, quando o espaço passa a atender um planejamento territorial urbano. Sendo possível observar paisagens dissonantes que são determinadas e moldadas por diferentes práticas realizadas em tempos distintos.

Junto a esta análise, é posta em discussão a maneira que o espaço é representado na cartografia oferecida pelo município. Sendo possível subentender a existência de um planejamento territorial que nega toda a história e cultura presente no espaço habitado, o colocando em uma área de ZEIS. Visto que este instrumento do zoneamento urbano, insere a região em local destinado para a instalação de projetos habitacionais como o MCMV, de modo a consolidar ainda mais a capitalização do território tradicional. Onde serão cobrados IPTU individuais (correspondente a cada lote) apagando de vez toda a lógica de uso e ocupação do solo por modos e costumes tradicionais. E mais, o planejamento territorial urbano presente no mapa do plano diretor, favorece a implementação do megaempreendimento denominado Faixa de Infraestrutura Portuária³², que passa por grande parte do território da comunidade.

Sendo apresentada neste estudo uma versão do espaço sob a ótica das cartografias utilizadas em análise, sem a pretensão de afirmar uma verdade absoluta, incontestável, ou ainda sem a audácia de influenciar nas tomadas de decisões e vontades dos habitantes da comunidade. De modo a concordar com o que diz Mafra (2018):

A escolha dos integrantes da comunidade pode pender futuramente para qualquer uma das lógicas, ou para a fixação no espaço e consequente permeação da pesca na estrutura urbana atual ou a venda e especulação dos parciais de terra destinados a cada família, o que pode levar a uma descaracterização da paisagem local, quem sabe integrando os loteamentos dos balneários de Shangri-lá e Atami, desarticulando a comunidade local, e quem sabe para aquelas famílias que resolverem sair desse espaço, até o abandono da atividade pesqueira pela busca de outras posições laborais. (MAFRA, 2018, p. 213).

³² O projeto que prevê a abertura de uma rodovia de pista simples de cerca de 18 km, paralela à PR-412, entre a PR-407 e a Ponta do Poço (zona portuária de Pontal do Paraná).

Desta maneira, pesquisa entende que sua análise é compatível e faz relação com os referenciais teóricos dos autores e autoras que participam do diálogo presente no texto, de maneira a fixar essa ideia, é apresentado o que Santos (2012) diz a respeito das formas de interpretar o mundo:

Na medida que a cada dia posso entender as novas relações criadas pelas novas técnicas, estamos muito mais próximos da teoria geográfica, pois a história nos ajuda a ver os fatos da globalização. O que prejudica é que não conhecemos o fato em si, mas as interpretações que são realizadas pelas agências internacionais. Por isso há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas. (SANTOS, 2012, p.65).

Neste sentido, nesta intenção de observar e revelar a visão de mundo da comunidade em evidência, apresentada por essa dissertação, a escolha da “lente” proposta pelo mapeamento social, traz uma imagem, uma representação dos fatos concretos, os quais permanecem ocultos pela cartografia oficial realizada de maneira hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se dedicou a apresentar através dos mapas sociais criados pela comunidade de Barrancos uma realidade que não se pode ver pelos mapas oficiais. Partindo da representação social e cultural desta comunidade no espaço que habitam, os mapas sociais evidenciaram as transformações no ambiente, os conflitos e a resistência cultural presente em suas memórias, possibilitando assim a observação ampla do território (Comunidade de Barrancos) bem como as formas que os elementos ali presentes se encontram.

Neste sentido, a dissertação foi dividida em três capítulos sendo o primeiro referente ao aporte teórico para a compreensão dos conceitos de: Territórios e Paisagem; Espaço habitado; Direito a Cidade e Planejamento Urbano; Cartografias Oficial e Social; e Discurso Manifesto na Cartografia. O segundo capítulo dedicado aos materiais e métodos utilizados nesta pesquisa, sendo este realizado em dois momentos, a Pesquisa bibliográfica e documental, e a Pesquisa de campo, é válido destacar que os métodos utilizados na pesquisa de campo foram definidos conforme a aceitação e compatibilidade na dinâmica de trabalho entre pesquisador e comunidade; e o terceiro capítulo trazendo os resultados e discussões, buscando através do diálogo entre teoria e prática refletir acerca da invisibilidade própria dos mapas oficiais.

Os resultados que se apresentam através dos mapas sociais se referem a pontos de vista do espaço habitado por pessoas que foram/são ameaçadas pelo mecanismo especulativo do mercado financeiro, e também sobre o ponto de vista da cartografia apresentada pelo Estado e o que diz o planejamento posto para a região litorânea do Paraná, trazendo impressões sobre possíveis cenários de um desenvolvimento territorial futuro e a imagem da memória sobre o que já foi no passado e sobre o que há no tempo atual. A reflexão que fica em relação ao espaço habitado (Comunidade de Barrancos) e ao planejamento territorial urbano é de existem lacunas que necessitam de atenção, e os mapas sociais através de sua contextualização histórica e cultural podem ser utilizados como ferramentas estratégicas fundamentais para fomentar e embasar estudos posteriores, bem como a promoção de políticas urbanas que visem a continuidade da comunidade, bem como de sua tradição histórica referentes a pesca e a cultura local.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 2008, p.168.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Carajás: **Guerra dos Mapas**. Belém: Editora Falangola, 1994.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinalenses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M. A mudança técnica e o processo de diferenciação dos sistemas de produção pesqueira no Litoral do Paraná, Brasil. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. n. 8, p 43 58 jul./Dez 2003. Curitiba.
- ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. Grupo focal estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Revista Cogitare Enfermagem**, v.9, n.1, p. 9 -14, 2004.
- BLAY, E. A. et al. A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. Petrópolis: **Vozes**, 1979. 180 p.
- BOSSLE, R. C. **QGIS e Geoprocessamento na Prática**. 1ª Ed. São José dos Pinhais: Edição do autor, 2015. 231 p.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.
- CARNOY, M. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988. [pp. 19-62]
- CARRIÈRE, J. P.; Cazella, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, v. 4, p. 23-47, dez. 2006.
- COSTA-FILHO, A.; MENDES, A. B. V. Quem são os povos e comunidades tradicionais. In: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) – Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) (Orgs.). **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Superintendência de Comunicação Integrada – MPMG. 2014.
- CUNHA, I. M. da. Cidade, Lei e Desenvolvimento: Pontal do Paraná, uma estrada para o futuro? 2018. 124 f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CHAVES, C. R. Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro, 2011. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, 184p.

CINTRA, J. P. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, n. 17, p.63-77, dez. 2009.

DIEGUES, A. C. (org.). **Enciclopédia Caiçara vol. 1: O Olhar do Pesquisador**. São Paulo: NUPAUB-CEC/HUCITEC, 2004. 382 p.

EMATER, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão. **Projeto Pesca e Maricultura - A Pesca no Paraná**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=92>>. Acesso em: 06 set. 2019

ETTERN/IPPUR/UFRJ, **Guia Para Experiências de Mapeamento Comunitário, versão livremente adaptada para o português de CTA**. 2010. Training Kit on Participatory Spatial Information Management and Communication. CTA, Países Baixos (ISBN: 978-92- 9081-446-7), Rio de Janeiro, 2013.

FOUCAULT, M. (1970). **A Ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 5ª Edição, 1970. 79p.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GORAYEB, A.; MEIRELES, J. Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. **Rede Mobilizadores**, 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>. Acesso em: 10/11/2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007. (Cap. 2)

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-36, 2004

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2. ed. Campinas: Papius, 1989. 263 p.

LIMA, R. P. Preservação digital e “divulgação” científica na Amazônia. Manaus: UFAM /**Dissertação**, 2017. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6049>. Acesso em: 07 mar. 2018.

LITTLE, P. E. Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história** 2(4): 5-25. Brasília 1994.

MAFRA, T. V. Produção Socioespacial do litoral do Paraná e as Estratégias de Resistências dos Pescadores Artesanais na Luta pelo seu Território. 2018. 355 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018

MAGNANI, J. G. C. (O velho e bom) caderno de campo. **Revista Sexta-feira**, São Paulo, n.1, mai. 1997.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato (Orgs). Petrópolis: Vozes, 2013a.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013b.

MARTINS, L. G. COMIDA CAIÇARA: O SABER FAZER CULINÁRIO DA COMUNIDADE DE BARRANCOS DE PONTAL DO PARANÁ/PR. 2017. 140 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

MENEZES, P. M. L. de; COELHO NETTO, A. L. (2000). Geocologia do Município do Rio de Janeiro: cartografia ambiental sob a ótica analítico-integrativa. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 271 p.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Ocupação contínua litorânea do Paraná: uma leitura do espaço. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 99, p. 61-82, 2011.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Espécies Exóticas Invasoras, Ambientes Costeiros e Marinhas**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/port_inva.pdf>. Acesso em: 08/10/2016.

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro**. Brasil, 2012.

NOGUES, D. C. “O Dom da Pesca”: A arte do caracol/caceio-redondo na Comunidade de Barrancos em Pontal do Paraná, Litoral do Paraná, Sul do Brasil. 2017. 74 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

NOZOE, N. et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista EconomiA**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

PIERRI, N. et al. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, 2006.

PEROSA, C. T.; PEDRO, E. N. R.; Perspectivas de jovens universitários da região norte de Rio Grande do Sul em relação a paternidade. **Rev. Esc. Enf. USP**. v. 43, n.2, p. 300-306, 2009.

PONTAL DO PARANÁ – PR. Plano **Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná**, Primeiro Caderno, 1- Aspectos Históricos do Município. 2004.

PORTES, J. P. de M.; QUADROS, J. Da terra para o mar e do mar para a terra: Barrancos, Pontal do Paraná, PR. Tom: **Caderno de Ensaios da UFPR**, Curitiba, v.2, n. 4, p.20-35, dez. 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. 424p.

SAMPAIO, R. Uso e Apropriação do Espaço e Meio Ambiente em Pontal do. 2006. 228 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS. B. S. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 24, março de 1988, p. 139-172.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 136 p.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 90 p.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem Territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. P. 73-94

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192 p.

SOUZA, A. A. de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 70, p.109-130, 8 jan. 2016.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 5ª Ed. Bertrand Brasil, 2003. 189 p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar, RS, v. 1, n. 1, p.1-14, jul. 2009

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a Política do Abandono em uma terra cobiçada. **Guaju**, Matinhos, v.1, n. 2, 2015, p. 96-109.

TOURAINÉ, A. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1999.

APÊNDICE – CROQUIS UTILIZADOS EM CAMPO NAS OFICINAS DE MAPEAMENTO

